

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS PENAIS**

Ruy Bittencourt de Almeida Neto

**AS JORNADAS DE JUNHO E A CRIMINALIZAÇÃO MIDIÁTICA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Porto Alegre – RS

2013

RUY BITTENCOURT DE ALMEIDA NETO

**AS JORNADAS DE JUNHO E A CRIMINALIZAÇÃO MIDIÁTICA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Monografia de conclusão de curso como requisito parcial para a colação do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Vanessa Chiari Gonçalves

Porto Alegre

2013

RUY BITTENCOURT DE ALMEIDA NETO

**AS JORNADAS DE JUNHO E A CRIMINALIZAÇÃO MUDIÁTICA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Monografia de conclusão de curso como requisito parcial para a colação do grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 18 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Vanessa Chiari Gonçalves
Orientadora

Professor Doutor Marcus Vinícius Aguiar Macedo

Professora Doutora Ana Paula Motta Costa

*À Luisa, força da minha vida, por cada minuto de renúncia à minha presença para que pudéssemos chegar até aqui.
Aos meus pais, pelo apoio incessante.*

Este trabalho foi realizado a duas mãos, mas foram várias as mentes que operaram de modo a contribuir para o resultado final, num grande exercício de altruísmo e coletividade.

Agradeço muito a todxs que, direta ou indiretamente, foram decisivxs na conclusão desta monografia: Alexandre Brandão, Andrés Santos Cevallos, Caroline Boff, Caroline de Godoy Vidal, Cristiano Bernardino Moreira, Fagner Iohara Xavier Azeredo, Francielle Abadie de Vasconcellos, Gabriela Antunes, Gabriela Pedroni, Guilherme Mucelin, Greice Redlich, Jaciara Machado, Laís Santos Strelow, Lara Nasi, Larissa Paim Arnold, Moysés Pinto Neto, Pedro Almeida Rodrigues, Tamile Muswieck e tantxs outrxs colegas e amigxs que ofereceram sua parcela de apoio.

Ao Bóris, pela força nos momentos de solidão nessa jornada.

Às queridas Jéssica Miranda Pinheiro e Fabiane Batisti, minhas companheiras, mais que amigas, por todas as ideias subversivas, todos os trabalhos, provas, recursos, chilikues, brigas, cervejas, xirus, magoos, porres, risadas, conselhos (acadêmicos e aleatórios) e todo o carinho que partilharam comigo. Vocês são responsáveis por eu ter aguentado até o final e não fazem ideia do quanto. Obrigado do fundo do coração. Amo vocês.

A todxs que torceram e apoiaram.

Ao grande Professor Salo de Carvalho, pelas lições sobre Justiça.

TEACH PEACE.

RESUMO

Os movimentos reivindicatórios das Jornadas de Junho, em 2013, representaram um marco político na história do Brasil, notadamente inserindo o país na conjuntura internacional originada pela Primavera Árabe. As mobilizações foram marcadas por dura repressão policial e criminalização de seus partícipes no exercício do direito de resistência. O presente trabalho visa apurar as causas e os efeitos do papel dos meios de comunicação de massa no sistema penal, no controle social e nos processos de criminalização, à luz da criminologia crítica e a partir da leitura do discurso implementado pela mídia corporativa na abordagem dessas mobilizações em matérias jornalísticas. O estudo evidenciou o papel da mídia enquanto instrumento informal de controle social na criminalização de condutas desviantes, promovendo a exclusão social e a marginalização da conduta dos participantes nos protestos, interferindo especialmente nos processos de criminalização secundária e reiterando a seletividade do sistema penal em favor dos interesses das classes dominantes.

Palavras-chave: Criminalização; Movimentos sociais; Criminologia Crítica; Jornadas de Junho; Direito Penal.

ABSTRACT

The mass movement that went to the streets in Brazil during the so-called June Journeys, in 2013, represented a political landmark in the history of the country, putting Brazil into the international scenario originated by Arab Spring. Demonstrations had harsh police repression and the protesters were criminalized when exercising the right of resistance. This research aims to find out the causes and the effects of the role played by mass media over the criminal justice system, the social control and the criminalization processes, to the light of critical criminology and from the reading of the speech of the corporative mass media when broaching these demonstrations in journalistic articles. The study evidenced the role of mass media as an informal means of social control in the criminalization of deviant behavior, promoting social exclusion and marginalization of the conduct of the actors of the protests, interfering especially in the processes of secondary criminalization and reinforcing the selectiveness of criminal justice system for the interests of ruling classes.

Keywords: Criminalization; Social Movements; Critical Criminology; June Journeys; Criminal Law

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS JORNADAS DE JUNHO: CAUSAS, CARACTERÍSTICAS E RESGATE	
HISTORICO.....	10
2.1 AS INFLUÊNCIAS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL SOBRE O	
SURGIMENTO DOS PROTESTOS NO BRASIL.....	13
2.2 A CONJUNTURA NACIONAL E A INSURREIÇÃO BRASILEIRA.....	27
2.2.1 Porto Alegre, o estopim no Brasil.....	29
3 A CRIMINALIZAÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO: SELETIVIDADE NO	
CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO MUDIÁTICA DO DIREITO DE	
RESISTÊNCIA.....	41
4 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, as sucessivas crises do sistema capitalista têm provocado grave impacto no cotidiano das populações, forçando os governos a socorrer o sistema bancário e promover profundos cortes orçamentários. Em um mundo dominado pelo poder econômico, com as dificuldades impostas pela crise, as mesmas medidas que salvam o sistema e os detentores do poder impõem ao povo a miséria, a falta de moradia e emprego, carências nos serviços públicos e, por vezes, privações de liberdades coletivas e individuais.

Nesse contexto, uma das consequências mais naturais é a radicalização e o acirramento das relações entre o poder instituído e a população oprimida.

Como fruto dessa conjuntura, diversos levantes dos povos vêm surgindo, destituindo regimes de poder e tensionando as relações políticas nas conjunturas internas de cada país, e também na correlação internacional.

Tivemos no Brasil, em 2013, milhões de insurgentes nas ruas. Cidadãos das classes menos abastadas – mais notadamente de classe média baixa – lutavam por melhorias no transporte público, saúde, educação, contra a corrupção, o machismo e a homofobia que tomam conta do dia a dia no país. A esse movimento, cujo ápice ocorreu no último mês de junho, tem-se denominado Jornadas de Junho.

É fundamental ao estudo das peculiaridades das Jornadas de Junho, à luz da criminologia crítica, conhecer, antes, as características do processo insurrecional popular ocorrido no Brasil em 2013, suas causas e particularidades. Destarte, também é importante traçar que espécie de relação guardam as Jornadas com as várias outras insurgências similares que recentemente eclodiram em outros países do globo. Para verificar essa relação, cumpre delinear, também em relação à conjuntura internacional específica a esses levantes, quais suas causas, peculiaridades e consequências.

Em especial, impende ainda levantar os aspectos particulares à mobilização localizada na cidade de Porto Alegre, em virtude do reajuste das tarifas de ônibus, considerada o verdadeiro estopim da onda de protestos que tomou conta do Brasil, para entendermos como esse processo reivindicatório surgiu e se espalhou pelo país.

Partindo dessa compreensão, será possível então debruçarmo-nos sobre o tratamento dado pelo sistema penal a todo esse processo, marcado pela forte

repressão policial e por duras críticas ao vandalismo e à destruição do patrimônio público e privado, proporcionados em dados momentos e, ainda, aferir qual o poder de influência exercida pela mídia sobre a sociedade e sobre o próprio sistema penal ao apresentar um discurso criminalizador de condutas apresentadas pelos manifestantes, à luz da criminologia crítica, sob o enfoque da seletividade do controle social e dos processos de criminalização – mais marcadamente a criminalização secundária.

A partir dessa compreensão será possível mensurar os problemas e desafios impostos ao direito penal diante da dicotomia entre o discurso e a agenda política impostos pelas classes sociais politicamente hegemônicas e o clamor das manifestações inseridas nesse processo de insurreição social – o maior já ocorrido no Brasil desde as grandes greves da década de 1980, quando o ascenso da classe trabalhadora nas ruas derrotou a ditadura civil-militar no país.

2 AS JORNADAS DE JUNHO: CAUSAS, CARACTERÍSTICAS E RESGATE HISTÓRICO

Do ponto de vista do povo trabalhador, dos ativistas sociais e da juventude brasileira, o ano de 2013 representa uma gigantesca oportunidade de avanços no terreno das demandas populares em nosso país. Assim como nos anos anteriores, diversos focos de protestos e mobilizações da juventude organizada contra o aumento nas tarifas de transporte público surgiam, esparsamente, em algumas capitais do país no início deste ano.

No entanto, em 2013, as mobilizações ganharam corpo, revestindo-se de grande apelo popular, em uma sucessão de manifestações de rua que se viram ampliadas não apenas na quantidade de adeptos, mas também quanto à diversidade das pautas de reivindicação.

Em diversas partes do Brasil, inúmeros focos de insurreição popular brotaram no mês de junho de 2013. Inicialmente, como em Porto Alegre, a principal demanda levada às ruas era a pauta do transporte público, em manifestações contrárias aos aumentos tarifários, considerados abusivos pelos manifestantes. No entanto, o avanço da violência policial sobre os participantes dos atos e caminhadas, o papel das redes sociais na divulgação de arbitrariedades cometidas pelo aparato repressor estatal e, fundamentalmente, as vitórias pontuais desses movimentos em algumas cidades, como foi o caso, inicialmente, de Porto Alegre – onde, após uma forte onda de protestos e ações de rua, restou suspenso pelo Judiciário o reajuste nas tarifas –, resultaram em grande comoção pública, impulsionando novas mobilizações que, posteriormente, também foram exitosas em frear o aumento nas tarifas de transporte público em cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Natal.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) suspendeu nesta quinta-feira, em caráter liminar, o aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre, que havia sido reajustada de R\$ 2,85 para R\$ 3,05 em 25 de março. A decisão do juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara, da 5ª Vara da Fazenda Pública, considerou que "há fortes indicativos de abusividade no aumento das passagens, de conformidade com aprofundada análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE)".

No início de março, o TCE determinou a revisão do cálculo de reajuste das passagens de ônibus em Porto Alegre. A decisão negava o pedido da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) para manter no cálculo de reajuste a frota reserva das empresas. Além disso, a desoneração da folha de pagamento do setor, conforme o órgão, deveria ser considerada. Segundo o Ministério Público de Contas (MPC), que pediu a revisão, a decisão poderia deixar a tarifa até 10% mais barata que a atual.

A ação cautelar, de autoria dos vereadores do Psol Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, argumentava que a suspensão era necessária pela "ocorrência de ilegalidades administrativas e infringências aos princípios da legalidade e moralidade administrativa, em flagrante prejuízo da população". Em sua decisão, o magistrado afirma que "a documentação referida evidencia a não contabilização de receitas com publicidades, despesas não permitidas sendo contabilizadas, além de aparente cálculo tarifário equivocado, utilizando-se de metodologias impróprias para mascarar uma inexistente necessidade de aumento, saltando aos olhos especialmente a inclusão indevida de frota reserva, que cria um aumento de despesa não real". "Percebe-se, assim, não haver sustentação para o aumento tarifário pretendido pelos réus", escreve o juiz.

Akihito Obara também levou em consideração as supostas irregularidades nas licitações do transporte público na capital gaúcha. "Diante dessa situação, é de se presumir que terceiros possam estar indevidamente se beneficiando de um valor tarifário incompatível com o serviço prestado com prejuízo irreparável e de longa data da população que utiliza esse meio de transporte."

O juiz ainda destacou que "a esmagadora maioria dos cidadãos que utilizam frequentemente esse serviço público de transporte são pessoas de poucos recursos e raramente dispõem de outros meios alternativos de locomoção. Desse modo, acabam tendo um comprometimento considerável da renda utilizada para a manutenção dos mesmos e de seus familiares".

Segundo o TJ-RS, a decisão vale a partir do momento em que as os réus tomarem ciência do ofício informando a sentença. Para agilizar os procedimentos, o documento já foi emitido e está em posse dos vereadores, que vão entregá-lo diretamente aos réus - prefeitura, EPTC e Conselho Municipal de Trânsito Urbano (Comtu). (APÓS PROTESTOS..., 2013).

Com a vitória ocorrida em Porto Alegre, os protestos cresceram. Em várias outras cidades, surgiam novos focos de resistência ao aumento nas passagens; crescia o apoio e a solidariedade da população em geral aos que construíam a resistência nas ruas, e com isso não somente houve incremento na adesão às manifestações, mas também na pauta de reivindicações, que se tornou mais ampla e diversificada. Demandas mais genéricas, como o clamor, em abstrato, por investimentos em saúde e educação, o combate à corrupção e à "farra" nos gastos com a Copa do Mundo da FIFA de 2014, e outras bastante específicas, como a rejeição à propostas e emenda constitucional, que pugnavam pela limitação do poder investigatório do Ministério Público e por submissão de decisões do Supremo Tribunal Federal ao Poder Legislativo, a criminalização da homofobia, a renúncia do deputado federal Marco Feliciano do cargo de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, dentre várias outras propostas, foram-se somando às manifestações, que tomaram as principais cidades do Brasil em atos públicos que superaram a casa dos milhões de partícipes.

O ápice dessas manifestações ocorreu no mês de junho, coincidindo com a realização da Copa das Confederações da FIFA no Brasil. O clima no país, em meio

à execução de inúmeras obras de infraestrutura, isenções fiscais em construções de estádios e investimentos públicos de grande porte, visando ao atendimento dos requisitos impostos pela FIFA à realização da Copa do Mundo de 2014, em contraste com a carência de investimentos públicos em áreas como saúde e educação, inflamou a insatisfação popular. Um grande marco do desgaste dos governos em meio à onda de manifestações foi a vaia dirigida à presidente da República, Dilma Rousseff, e ao presidente da FIFA, Joseph Blatter, na cerimônia de abertura do evento esportivo, em pleno estádio Mané Garrincha, em Brasília-DF.

A presidente Dilma Rousseff foi muito vaiada momentos antes do início da abertura da Copa das Confederações. Anunciada pelo alto-falante do estádio, ela fez caras de poucos amigos e limitou-se a dizer uma única frase no microfone, enquanto Joseph Blatter, presidente da Fifa, deu uma bronca na torcida pelo comportamento.

"Por favor, onde está o fair play de vocês", disse o cartola, que também foi vaiado pelo público. Dilma, por sua vez, foi sucinta e ignorou os protestos. "Declaro oficialmente aberta a Copa das Confederações 2013", disse ela, atropelando as vaias.

[...] A vaia só aumenta o clima tenso que cerca a abertura da Copa das Confederações. Durante todo o sábado, centenas de manifestantes protestaram nas cercanias do estádio contra os gastos com a competição. Dilma e Blatter estão no camarote do Mané Garrincha.

Perto deles está o desafeto de Dilma, José Maria Marin, presidente da CBF, mantido afastado pela presidente por conta de seu passado ligado à ditadura. Neste sábado, no entanto, ela não pôde fugir de Marin. Ricardo Stuckert, fotógrafo oficial da CBF e que já trabalhou com Lula, conseguiu tirar uma foto em que Dilma aparece junto com o cartola, feito significativo para quem precisa comprovar força política de olho na eleição da CBF no ano que vem (FRANCESCHINI et. al., 2013).

Em meio a esse cenário, milhões de pessoas foram às ruas ao longo do mês de junho. Os protestos tomaram conta do Brasil, atraindo as atenções dentro e fora do país. A abusiva e violenta repressão policial gerou respostas a cada passeata: a população respondia com maior ou menor grau de radicalização, a depender da conjuntura local; de modo geral, pequenos incêndios em ônibus e contêineres e depredação de agências bancárias eram uma constante durante os protestos. A essa torrente de manifestações populares no Brasil em 2013, deu-se o nome de Jornadas de Junho.

2.1 AS INFLUÊNCIAS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL SOBRE O SURGIMENTO DOS PROTESTOS NO BRASIL

As Jornadas de Junho não surgiram isoladamente, mas como parte de um longo processo iniciado anos antes, com muitas outras insurreições populares, que as antecederam em diversas partes do globo terrestre.

A conjuntura política mundial na última década foi decisiva para o surgimento dessas revoltas, que tomaram as ruas nos mais diferentes continentes. Vários foram os fatores comuns que ensejaram essa sequência de protestos e levantes em nível mundial, que até este momento ainda se mantém em curso: a ocorrência de sucessivas crises do sistema capitalista, acentuadas desde a crise econômica mundial de 2008, com efeitos imediatos sobre as condições de vida da população, em especial nos países da Europa; a opressão social e econômica das camadas populares mais frágeis e da juventude, promovida pelos mais diversos regimes de poder – alguns dos quais constituídos em verdadeiras dinastias, sem eleições ou alternância de poder há décadas, contando com o apoio, ainda que por omissão, dos países e organismos que exercem a hegemonia no cenário político internacional, sobretudo na região setentrional da África e no Oriente Médio; as altas taxas de desemprego, em decorrência das crises econômicas; a descrença do povo, nos países ditos “democráticos”, no simples exercício do direito ao voto em sufrágios como forma de empoderamento popular e de impulsão a suas demandas; e o advento de novas tecnologias disponíveis para interação social, catalisando o uso de aparatos de mídia independentes em relação às grandes corporações, e também de redes sociais na Internet como forma de registro e propagação do ideário popular de inconformidade com a conjuntura, assim como dos variados casos de abusos protagonizados pelo poder público, com ampla e veloz disseminação às massas populares, extrapolando as fronteiras nacionais. Todos esses fatores deram causa a uma torrente de greves, protestos e insurreições, muitos dos quais levaram à queda de governantes em diversos países.

O estopim dessa recente onda de revoltas populares, denominada Primavera Árabe, foi o caso do tunisiano Mohamed Bouazizi, um jovem pobre, de 26 anos de idade, que sustentava sua família vendendo frutas e legumes que carregava em um carro de mão, na cidade de Sidi Buzid. Em dezembro de 2010, pressionado por agentes do Estado a lhes oferecer propina para que continuasse a exercer o

comércio, Bouazizi recusou-se e teve seus pertences confiscados. Ao resistir à entrega dos bens, foi agredido e humilhado em praça pública. Bouazizi resolveu então procurar o governante local para tentar reaver seus objetos, mas não foi recebido. Assim, optou por uma atitude drástica, ateando fogo ao próprio corpo em frente ao prédio da prefeitura local. Dias depois, com cerca de 90% de seu corpo atingido por fortes queimaduras, Bouazizi veio a óbito, nos primeiros dias do ano de 2011.

O homem que acendeu a fagulha do movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe não era nenhum revolucionário incendiário.

Mohamed Bouazizi era um jovem vendedor de frutas e legumes que sustentava uma família de oito pessoas com menos de US\$ 150 (cerca de R\$ 278) por mês.

Sua maior ambição era trocar o carrinho de mão que usava para vender seus produtos por uma caminhonete.

"Naquele dia, Mohmaed saiu de casa para vender seus produtos como sempre fazia", disse sua irmã Samya.

"Mas quando ele os colocou à venda, três inspetores do governo pediram propinas. Mohamed se recusou a pagar", recorda ela.

"Eles apreenderam os produtos e os colocaram dentro de seu carro. Eles tentaram retirar suas balanças, mas Mohamed se recusou a entregá-las, por isso eles bateram nele."

Há relatos, não confirmados, de que uma fiscal teria insultado Samya e cuspidado em seu rosto. Mas quer isso tenha também ocorrido ou não, o fato é que naquele momento algo estalou na cabeça do feirante de 26 anos.

Ele foi à sede do governo local para pedir os seus produtos de volta, mas o governador se recusou a recebê-lo. Então, ele comprou um latão de gasolina, jogou o combustível sobre si mesmo e acendeu um fósforo.

Mohamed Bouazizi foi levado às pressas para um hospital com queimaduras em 90% de seu corpo, mas seu ato de desespero levou multidões enfurecidas às ruas.

Alguma coisa em seu sentimento de desamparo diante da corrupção oficial, da alta de preços e da falta de oportunidades despertou uma onda de solidariedade.

Mesmo tendo sido repreendidos com brutalidade, os manifestantes não recuaram. Pelo contrário, se tornaram mais audaciosos.

Quando Bouazizi morreu em decorrência de seus ferimentos no dia 5 de janeiro de 2011, os protestos se intensificaram. Centenas de pessoas foram mortas, milhares foram presas.

O então presidente da Tunísia, Ben Ali, um autocrata militar no poder há 23 anos, foi à TV pedir calma. "Desemprego é um problema global", afirmou. Ele atribuiu a violência a gangues de mascarados, chamando-os de "terroristas".

Assim como muitos líderes no mundo árabe, o presidente da Tunísia se via como um bastião contra o extremismo muçulmano. Ele acreditava que esse fato por si só lhe conferia carta branca para esmagar qualquer movimento que tivesse algum traço de democrático.

Mas ele subestimou o ressentimento de seu próprio povo contra o nepotismo, corrupção, privações econômicas e uma gestão pura e simplesmente incompetente.

Apenas nove dias após a morte do feirante, os tunisianos ouviram o primeiro-ministro anunciar que o presidente estava "impossibilitado de exercer suas funções".

Na verdade, ele fugiu subitamente com a sua família, primeiro tentando ir para França, que se recusou a deixar que seu avião pousasse. Depois, foi

para a Arábia Saudita, que aceitou conceder-lhe asilo desde que ele renunciasse a todas suas atividades políticas.

O governo do presidente Ben Ali estava encerrado. Um processo desencadeado, em uma última instância, pelas ações de um quintandeiro frustrado.

Se Mohamed Bouazizi nunca tivesse nascido, muito provavelmente algum outro fator teria provocado a chamada Primavera Árabe, até porque essa erupção vinha se construindo há décadas.

Mas por todo o mundo árabe e até além dele, o nome de Bouazizi vem sendo eternizado em poemas, discursos e canções.

A moldura da ditadura inquestionável foi partida para sempre. [sic] (GARDNER, 2011).

Enquanto Bouazizi agonizava no hospital, uma onda de protestos contra o governo do presidente da Tunísia, o general Zine El Abidine Ben Ali, tomava conta do país. Pressionado, Ben Ali chegou a visitar Bouazizi no hospital. No entanto, seu gesto não foi suficiente para arrefecer os ânimos: as manifestações aumentaram, resultando na queda do presidente, que se viu forçado a renunciar ao cargo em 14 de janeiro de 2011. Nove meses depois, os tunisianos elegiam um novo mandatário. Essa insurreição popular, conhecida como a Revolução de Jasmim, deu início à Primavera Árabe, uma sequência até hoje ainda infindável de levantes dos povos de diversos países no Oriente Médio e na porção setentrional da África.

Após sua renúncia, Ben Ali foi julgado e condenado à prisão perpétua pelos crimes cometidos na repressão às manifestações. Apesar das mudanças políticas, a Tunísia segue mergulhada em uma grave crise política. Ainda em 2013, apesar das promessas do novo governo provisório, de que formularia uma nova Constituição para o país e promoveria novas eleições neste ano, as negociações entre as forças políticas fracassaram, gerando ainda maior insatisfação social, e as manifestações, por vezes marcadas pela forte repressão dos agentes estatais, seguem marcando o cotidiano da população no país ainda hoje.

Duas greves levaram, nesta quarta-feira, a confrontos com a polícia e a atos de violência na Tunísia, onde a insatisfação social se amplifica, em meio a uma grave crise política.

Três regiões do país estavam paralisadas nesta quarta-feira por uma greve geral para denunciar a pobreza e as desigualdades regionais, dois dos fatores que desencadearam a revolução de 2011.

Na província de Siliana (150 km ao sudoeste da cidade de Túnis), a polícia tentava dispersar um protesto com gás lacrimogêneo. Dezenas de manifestantes, jovens em sua maioria, atiraram pedras nos agentes. Algumas pessoas tiveram ferimentos leves, principalmente policiais, e foram atendidas em um hospital local.

A greve em Siliana foi organizada pelo sindicato UGTT, por ocasião do primeiro aniversário da repressão de um movimento social que deixou cerca de 300 feridos, boa parte por tiros de escopeta a distância. A UGTT acusa o

governo de não fornecer ajuda médica aos feridos e de não investir no desenvolvimento econômico regional, descumprindo suas promessas.

"O governo não cumpriu suas promessas (...) que previam que se ocuparia do cuidado dos feridos e de suas necessidades materiais e físicas", declarou o secretário-geral da união regional da UGTT, Ahmed Chefai.

Em Gafsa e Gabes, as outras duas regiões em greve, a insatisfação foi causada pela decisão de não construir um hospital universitário em nenhuma delas nos próximos anos.

Em Gafsa, depois de ter sido dispersada pela polícia em outro local, a multidão ateou fogo na sede do partido islâmico tunisiano no poder, constatou a AFP. O grupo retirou móveis e arquivos do prédio, queimando-os na rua. A polícia não estava presente, e os manifestantes conseguiram impedir o acesso dos bombeiros.

A multidão se lançou contra o estabelecimento depois de tentar entrar à força na sede do gabinete do governador. Lá, os jovens foram dispersados pela polícia.

No local da confusão, o representante do partido governista Ennahda criticou a ação da polícia. "Chamamos a polícia e não vieram", lamentou Mohsen Sudani.

As sedes regionais do Ennahda já foram alvo de ataques no país, sobretudo, em Gafsa, ao longo dos últimos dois anos.

Uma profunda crise política afeta a Tunísia desde o assassinato de um deputado da oposição, em 25 de julho. As negociações para formar um governo apolítico, conseguir um consenso sobre a futura Constituição e estabelecer um calendário eleitoral fracassaram no início de novembro.

Os islâmicos se enfraqueceram consideravelmente desde sua chegada ao poder, em outubro de 2011, pela multiplicação das crises políticas, pelos assassinatos de dois opositores, pelos confrontos com os "jihadistas" e pelas polêmicas sobre suas supostas tentativas de "islamizar" a sociedade tunisiana.

O governo anterior dirigido pelos islamitas renunciou em fevereiro, depois do assassinato do opositor de esquerda Chokri Belaid. A crise atual foi deflagrada pelo assassinato do deputado Mohamed Brahmî.

(REVOLTA..., 2013).

Em pouco tempo, o sentimento de revolta da população, oprimida pelos governos, pela falta de emprego e de acesso a condições dignas de vida transpôs as fronteiras da Tunísia. Na Líbia, um dos maiores países em produção de petróleo no planeta, o regime totalitário liderado pelo coronel Muammar Kadafi restou deposto após mais de 40 anos à frente do país, em uma revolta iniciada em fevereiro de 2011. No entanto, não se tratou de uma insurreição meramente popular: a revolta resultou em uma verdadeira guerra entre as forças do Estado líbio, ainda leais a Kadafi, e os insurgentes, que, organizados em verdadeiras milícias que controlavam algumas das principais cidades líbias, receberam apoio e treinamento militar de países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mediante autorização da Organização das Nações Unidas.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou nesta quinta-feira, 17, a imposição de uma zona de exclusão aérea na Líbia e a adoção de todas as medidas necessárias para impedir o massacre de civis por tropas do ditador Muammar Kadafi. A medida recebeu dez votos favoráveis (EUA,

Reino Unido, França, Líbano, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, África do Sul, Nigéria, Gabão e Portugal) e cinco abstenções: Brasil, China, Rússia, Índia e Alemanha. Tropas americanas, francesas, britânicas e de dois países árabes devem participar da ação militar.

A decisão foi tomada um mês depois do início dos protestos pela derrubada do ditador, e uma semana após Kadafi ganhar terreno, em uma ofensiva que retomou diversas cidades do oeste da Líbia das mãos da oposição e chegou às portas de Benghazi, a capital rebelde.

As negociações estiveram sob o comando da França, do Reino Unido e do Líbano. Os Estados Unidos se envolveram mais intensivamente nos últimos dias depois que a Liga Árabe e a União Africana se posicionaram a favor da zona de exclusão aérea. O desafio, ao longo dos últimos dois dias, foi convencer a China e a Rússia a não vetarem a resolução.

A resolução também congelou os bens de mais sete indivíduos e cinco companhias, que se juntam aos membros do regime de Kadafi e seus familiares que já haviam sido punidos na resolução aprovada em fevereiro. Também reforçaram o embargo de armas. Para completar, o texto pede um cessar-fogo imediato.

Em Benghazi, manifestantes pró-democracia celebraram a decisão da ONU, mostram imagens da rede de TV Al-Jazira. Kadafi, por sua vez, em entrevista ao canal português RTP, qualificou a medida de 'loucura e arrogância'. "Eles nunca terão paz. Faremos de sua vida um inferno", disse Kadafi, segundo o The Guardian.

Kadafi já havia ameaçado os rebeldes com um ataque final a Benghazi ainda hoje. O ditador fez um discurso via rádio no qual disse que as tropas do governo estão chegando à capital rebelde e lançarão uma ofensiva sem misericórdia.

Mais cedo, a França indicou que poderia participar de uma ação militar tão logo a ONU desse o sinal verde. "A partir do momento em que a resolução for aprovada, ações militares poderão começar nas horas seguintes", disse uma fonte diplomática francesa à AFP. "Ataques aéreos poderão começar já neste entardecer, ou amanhã, sexta-feira".

O ministro da Defesa da Itália, Ignazio La Russa, sinalizou que o país deve liberar a base na Sigonella na Sicília em uma eventual operação. "Não vamos nos esquivar de nossos deveres, ainda que defendamos a moderação", disse à Ansa.

O Brasil, ao justificar a abstenção, afirmou que a posição brasileira "não significa uma aceitação do comportamento do governo líbio". De acordo com a embaixadora Maria Luiza Viotti, "o problema está no texto da resolução". Para a diplomata brasileira, "as medidas adotadas podem gerar mais danos do que benefícios". Além disso, segundo a representante brasileira junto à ONU, os movimentos no mundo árabe "têm crescido internamente. Uma intervenção externa alteraria esta narrativa, tendo repercussões na Líbia e em outros países". [sic]

(CHACRA; RAATZ, 2011)

O regime de Kadafi resistiu por meses, até ser deposto pelos combatentes das forças de insurgência. Dois meses depois, em outubro de 2011, Kadafi foi capturado em Sirte, sua cidade natal, e morto. Desde 2012, o governo interino instaurado na Líbia enfrenta os desafios para a chamada transição democrática no país, tais como desmobilizar as milícias formadas nas principais cidades líbias, que relutam em abrir mão do controle assumido, e o surgimento de movimentos separatistas que ameaçam a unidade territorial da nação.

O primeiro-ministro do Conselho Nacional de Transição (CNT), Mahmoud Jibril, confirmou nesta quinta-feira que o líder deposto Muamar Kadafi, de 69 anos, foi morto na Líbia. Kadafi, que se agarrou ao poder por 42 anos até ser deposto por um levante popular iniciado em fevereiro que se tornou uma sangrenta guerra civil, foi morto por forças revolucionárias durante a queda de Sirte, sua cidade natal, o grande último bastião de resistência desde a queda do regime, há dois meses. Autoridades do governo interino dizem que Mutassim, um dos filhos do Kadafi, morreu durante a captura do pai, enquanto há relatos não confirmados de que Saif al-Islam, apontado como seu sucessor, foi ferido e capturado.

Kadafi é o primeiro líder morto na Primavera Árabe, onda de movimentos populares que ocorrem no Oriente Médio e no norte da África desde dezembro para exigir o fim de governos autocráticos e mais democracia. Além da Líbia, regimes foram depostos na Tunísia e no Egito. Kadafi foi um dos líderes mais longevos do mundo, dominando o país por meio de um regime comandado por seus caprichos e atraindo condenação internacional e isolamento durante anos.

"Esperávamos por esse momento há muito tempo. Muamar Kadafi foi morto", disse Jibril na capital do país, Trípoli. Segundo o premiê, o líder deposto morreu de um ferimento causado por um disparo na cabeça. Kadafi, segundo Jibril, foi atingido durante o fogo cruzado entre seus partidários e combatentes do governo interino depois de ter sido capturado ao ser retirado de um duto de esgoto — apresentando o argumento de que ele não foi morto intencionalmente.

"Kadafi foi retirado do duto sem resistir. Quando o levávamos, foi atingido por um disparo no braço direito e então colocado em uma caminhonete", disse Jibril ao ler um relatório forense. "Quando o carro se movia, foi pego no fogo cruzado e atingido por uma bala na cabeça. O médico forense não pôde dizer se a bala era dos revolucionários ou das forças de Kadafi."

Também de acordo com premiê, Kadafi morreu poucos minutos antes de chegar ao hospital e será enterrado na sexta-feira na cidade de Misrata. O presidente do CNT, Mustafa Abdel Jalil, declarará a libertação da Líbia no sábado.

Na coletiva em Trípoli, Jibril também pediu que a Argélia entregue os membros da família de Kadafi que se abrigaram no país. A mulher do líder deposto, assim como três de seus filhos - Aisha, Muhammad e Hannibal - fugiram para a Argélia em agosto. Saadi, outro filho de Kadafi, abrigou-se em setembro no Níger. A Interpol emitiu um mandado de prisão contra ele a pedido do CNT.

Além de Kadafi, o ministro interino de Informação da Líbia, Mahmoud Shammam, disse que Mutassim - filho e um dos conselheiros de segurança nacional de Kadafi - foi ferido quando se escondia com o pai. Um repórter da Reuters confirmou que viu o corpo, que teria sido colocado sobre cobertores no chão de uma casa em Misrata, coberto da cintura para baixo com uma capa de plástico azul. O corpo apresenta ferimentos no peito e pescoço.

Há relatos conflitantes sobre o paradeiro de Saif al-Islam, sempre apontado como sucessor de Kadafi. À rede de TV árabe Al-Jazeera, uma autoridade do governo interino afirmou que ele ainda estaria foragido no deserto da Líbia. Posteriormente, surgiram informações de que ele, que teria tentado fugir de Sirte em um comboio, estava cercado e sob ataque. Já a rede Al-Arabyia afirmou que ele foi morto. Mais tarde, a TV pró-Kadafi Al-Ra, que fica na Síria, disse que "não havia nenhuma verdade" nas informações sobre a morte ou captura de Saif al-Islam.

(KADAFI..., 2011)

No Egito, após três décadas de estabilidade econômica e suporte político-econômico dos Estados Unidos, o governo de Hosni Mubarak, cuja marca foi a

supressão das liberdades individuais, implementada sob o pretexto de frear o radicalismo religioso, começou a ruir com o declínio econômico e o aumento das desigualdades sociais. Sob um cenário de agravamento da tensão social, inspirado na então recente revolta tunisiana, a população egípcia tomou as ruas, em uma luta contra a crescente repressão policial, a corrupção e a falta de democracia no regime. A Praça Tahrir, no centro do Cairo, repleta de manifestantes, tornou-se um signo da revolta popular. Cada vez mais isolado e já sem o apoio das forças armadas, Mubarak foi deposto em fevereiro de 2011, quando foi instaurado um governo provisório com forte influência dos militares. Em junho de 2012, os egípcios elegeram, pela primeira vez, um presidente – Mohammed Morsi.

O candidato da Irmandade Muçulmana, Mohammed Morsi, foi declarado neste domingo o vencedor da eleição presidencial no Egito, após semanas de tensão no país. Tanto Morsi quanto seu rival, o ex-premiê Ahmed Shafiq, reivindicavam vitória no pleito que foi realizado na semana passada. Segundo a autoridade eleitoral - que atrasou em quase duas horas a divulgação dos resultados - Morsi recebeu 51,73% dos votos. O anúncio deu início a uma grande festa da multidão que se reúne na Praça Tahrir, no centro do Cairo.

“Eu me comprometo a ser um presidente que serve a seu povo e trabalha para ele”, disse Morsi em sua página na internet. “Eu não trairei Deus ao defender seus direitos e os direitos desta nação”.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, Morsi clamou por unidade e disse carregar “uma mensagem de paz” ao mundo. No discurso, transmitido pela TV estatal egípcia, o novo mandatário prometeu honrar acordos internacionais, em uma mensagem ao tratado de paz com Israel.

"Não permitiremos qualquer interferência em nossos assuntos internos, protegendo nossa soberania nacional, e não apoiaremos interferências em outros países. O Egito tem a capacidade de se defender sozinho", indicou.

Ele homenageou os cerca de 900 manifestantes que foram mortos durante a onda de protestos no ano passado, dizendo que sem “o sangue de mártires” ele não chegaria à presidência. "Não estaria aqui agora, como primeiro presidente eleito por livre vontade pelos egípcios, sem a graça de Deus e o sangue dos mártires", disse. "Obrigado aos mártires, às almas dos mártires, às mães dos mártires, aos pais dos mártires", acrescentou o presidente.

Na fala não combativa, Morsi não fez quaisquer menções às mudanças feitas pela junta militar que garantem aos militares poderes de legislar e tomar decisões relativas ao Orçamento.

A vitória de Morsi o torna o primeiro presidente do Egito após a queda de Hosni Mubarak, ocorrida em fevereiro de 2011, e leva a Irmandade Muçulmana à Presidência pela primeira vez em seus 84 anos de história, a maioria deles na ilegalidade.

Há dias, milhares de pessoas mantêm uma vigília contra o anúncio feito pelo poderoso Conselho Supremo das Forças Armadas de que pretende restringir alguns dos poderes do presidente. No dia 13 de junho, o atual governo, que ainda é controlado pelo Exército, deu aos soldados o poder de prender civis em tribunais militares até a ratificação da nova constituição egípcia.

Quatro dias depois, os generais anunciaram poder de veto no processo de elaboração da nova constituição. Na segunda-feira, o diretor do Conselho

Supremo das Forças Armadas, Hussein Tantawi, anunciou que vai restabelecer o Conselho Nacional de Segurança do país.

Nos últimos dias, havia um clima no país de indefinição, sem nenhum sinal sobre o que seria decidido nas urnas. O Parlamento egípcio, que foi escolhido em eleições livres em novembro, foi dissolvido.

A Irmandade Muçulmana, que possuía a maioria, protestou contra a decisão. Para piorar o clima de tensão política no país, a comissão eleitoral atrasou a divulgação dos resultados. Inicialmente, o vencedor seria declarado na quinta-feira, mas a comissão - que é formada por cinco juízes - disse precisar de mais tempo para investigar todos os recursos feitos pelos candidatos. (ISLAMITA..., 2012).

Mesmo a deposição do antigo governo totalitário e a realização de eleições não foram suficientes à promoção da paz social no Egito. A intensa polarização da sociedade egípcia levou à insatisfação com a nova constituição do país, fortemente influenciada por dogmas muçulmanos. Em julho de 2013, um novo levante, dessa vez contra o governo de Morsi, levou à deposição deste pelas forças armadas que instituíram um novo governo, formado por uma junta militar.

O presidente do Egito, Mohamed Morsi, foi deposto do cargo pelo Exército nesta quarta-feira, 3, após quase uma semana de gigantescos protestos populares. O golpe militar que selou o destino do primeiro líder democraticamente eleito da história egípcia começou a ser selado na segunda-feira, quando as Forças Armadas deram um ultimato de 48 horas para governo e oposição atenderem às demandas populares.

A Constituição elaborada em novembro pelo Parlamento de maioria islâmica foi suspensa. Adli Mansour, presidente da Corte Constitucional do Egito, será o novo chefe de Estado interino e chefiará um governo de tecnocratas até a convocação de novas eleições. Ele deve ser empossado nesta quinta-feira.

Em pronunciamento, ao lado da cúpula militar, líderes religiosos e da oposição, o ministro da Defesa Abdel-Fattah el-Sisi anunciou o golpe. Morsi fora informado horas antes pelos militares de que não era mais o presidente.

Eleito pelo Partido Liberdade e Justiça (PLJ), braço político da Irmandade Muçulmana, Morsi ficou um ano e dois dias no cargo. Após o anúncio do golpe, conclamou os egípcios a resistirem "pacificamente" para evitar um banho de sangue.

Com o fim do ultimato de 48 horas dado na segunda-feira, ainda no meio da tarde, tanques foram deslocados para ocupar os principais pontos de manifestações do Cairo, onde partidários e críticos de Morsi se concentram desde o fim de semana. Havia militares no palácio presidencial, a mesquita de Rabaa, a Universidade do Cairo e na Praça Tahrir.

A sede da Guarda Republicana, onde Morsi permaneceu ao longo do dia, foi isolada por barricadas e arame farpado. O Exército proibiu o presidente e os dois principais líderes da Irmandade Muçulmana, Mohamed Badie e Khairat el-Shater, de deixar o país.

A cúpula do Exército passou a maior parte do dia reunida com o líder da oposição, o diplomata Mohamed ElBaradei, e líderes cristãos coptas e muçulmanos para elaborar um programa de transição.

Morsi foi deposto dois anos e meio depois de protestos de rua terem colocado fim à ditadura militar de 2011, um dos marcos da primavera árabe. Por um ano, uma junta militar interina governou o país, convocou eleições e entregou o poder a Morsi.

Dominado pelos partidos islâmicos, o Parlamento elaborou uma Constituição conservadora. O mau momento econômico egípcio, com o desemprego alto e a atividade econômica em baixa, aumentou o descontentamento da população (NETTO, 2013).

A Primavera Árabe estimulou a eclosão da insurreição também na Síria, onde, em março de 2011, a população passou a ocupar as ruas por democracia e pela queda do regime de Bashar al-Assad, que assumiu em 2000, sucedendo ao pai, Hafiz al-Assad. Os manifestantes foram massacrados pelas tropas do regime de Assad, o que levou a oposição a criar o Exército Livre da Síria, e conseqüentemente, a uma guerra civil que persiste ainda hoje, em uma conjuntura política local bastante complexa, que mescla a originária insatisfação política e socioeconômica do povo sírio com a correlação de forças entre as variadas facções político-religiosas do cenário no país, além dos interesses da comunidade internacional e de países vizinhos. As negociações acerca de uma possível transição no poder são instáveis e tensas, sendo que recentemente a Organização das Nações Unidas apresentou acusações a Assad por crimes de guerra, o que aponta à possibilidade de um deslinde sob intervenção internacional.

Os efeitos da Primavera Árabe ainda foram sentidos em outros países da região, tais como Marrocos, Arábia Saudita, Bahrein, Iêmen, Sudão, Jordânia, Mauritânia, entre outros, representando um marco histórico importante, com repercussões de grave proporção. Ainda não é possível precisar a importância da série de insurreições na história da região e do planeta, tampouco aferir as conseqüências dos movimentos populares, mas é inegável a importância dessas grandes mobilizações na construção do mesmo sentimento de indignação que originou as manifestações no Brasil.

Ainda no ano de 2011, vários dos organismos brasileiros de esquerda que participaram ativamente no fomento às mobilizações ocorridas em nosso país neste ano de 2013 articulavam teses políticas que apontavam ao surgimento de revoltas também no Brasil, o que então, com os anunciados altos índices de aprovação popular ao governo de Dilma Rousseff, parecia impensável.

Na esteira das grandes mobilizações da Primavera Árabe em 2011, com a constante crise econômica mundial, o clima de insurgência política contagiou também a porção ocidental do planeta. Nos Estados Unidos, o movimento Occupy Wall Street (Ocupar Wall Street), surgido no último trimestre do mesmo ano de 2011 que derrubou alguns governos a milhares de quilômetros dali, apresentou

características únicas e marcantes, posteriormente reproduzidas, em parte, nas Jornadas de Junho no Brasil.

Com efeito, são diversas as semelhanças: a crítica aberta ao conjunto do sistema capitalista, que vinha privilegiando as instituições financeiras, em contraste com o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais; a aglutinação de diversas demandas e a consequente ausência de uma pauta de reivindicações clara e direcionada; o espontaneísmo das atividades e a busca por horizontalidade nas instâncias formadas pelo movimento e a propaganda do ideário do movimento e de denúncias de abusos do aparato policial, por meio de mídias alternativas e redes sociais, como o Facebook. Tal como algumas das manifestações ocorridas no Brasil, as mobilizações estadunidenses não possuíam um viés político marcadamente definido ou direcionado, mas um conjunto de demandas afinadas com um viés anticapitalista mais amplo.

[...] a ocupação de Wall Street não foi o primeiro protesto do ano no mundo, e, a julgar pelo que continuamos a ver, não será o último.

Antes dele veio a "primavera árabe", iniciada na Tunísia, seguida pela ocupação da Praça Tahir, no Egito, e alastrada por vários países da região. E, como temos cotidianamente acompanhado, a insurgência árabe, em suas diferentes formas e conexões, já assegurou o fim de regimes autoritários em pelo menos três países. Há também as ocupações da Porta do Sol e da Praça Catalunha, em Madri e Barcelona, respectivamente, ou o "verão espanhol", que também se replicaram em outras cidades espanholas, promovendo o surgimento do que muitos chamaram de "ágora espanhola". Isso, para não falar dos seguidos protestos na Grécia, Irlanda, Inglaterra e Itália, atendo-nos apenas aos que receberam maior projeção midiática nos últimos meses. A ocupação de Wall Street (e as ocorridas em centenas de outras cidades americanas) se somam a esse cenário de insurgência e busca por um aprofundamento da democracia, como o "outono americano".

Em cada um desses locais, as manifestações revestem-se de algumas características próprias das condições enfrentadas por cada país. É razoável dizer, entretanto, que, no mundo árabe, questões relacionadas à grande desigualdade de distribuição de renda e ao peso de ditaduras arcaicas e violentas (mescladas a intrincadas questões de caráter religioso) são causas predominantes. Já na Europa e nos Estados Unidos a motivação dos "indignados" está na grave crise econômica que corrói espaços de cidadania e subtrai direitos sociais adquiridos, gerando empobrecimento e desemprego nas classes médias. Os acampados norte-americanos, como os europeus, focam seus holofotes sobre a ganância do sistema financeiro e denunciam suas relações promíscuas e predatórias com Estados e governos nacionais.

A ocupação de Wall Street teve início em 17 de setembro, envolta em incertezas e apreensões, como acontece habitualmente nessas ocasiões. Relatos dão conta de que a proposta, embora lançada pela internet pelo grupo canadense de orientação anarquista Adbuster, foi planejada presencialmente por ativistas, em várias reuniões. Na tomada da Praça Zuccotti, em Wall Street, o movimento, composto por duas centenas de jovens estudantes e/ou desempregados e um grupo de ativistas mais

experientes, passou os primeiros dias persistentemente ignorado pela mídia corporativa. Dias depois, a partir de violenta repressão perpetrada pela polícia novaiorquina contra os ativistas, o movimento começa a repercutir. Desde então, centenas de desempregados de todas as idades, sindicalistas, pessoas com emprego precário, outros ativistas, artistas, somados a turistas eventuais, celebridades, acadêmicos e intelectuais renomados passaram a apoiá-lo, levando o evento ao epicentro dos noticiários americanos e internacionais. A eclosão subsequente de centenas de ocupações em outras cidades estadunidenses acrescentou ao movimento um contorno nacional.

Mas afinal, o que querem os acampados de Wall Street? Por que ocupam o centro financeiro do capitalismo global e qual a sua pauta de reivindicações?

Para responder a essas perguntas é preciso saber primeiro quem são os ocupantes de Wall Street. Isso pode ser feito a partir do exame daquele que se tornou o principal slogan do movimento: estes são os 99% da população, ou seja, a esmagadora maioria, vítima das práticas extorsivas do sistema financeiro em geral, sob o beneplácito de governos, regras e estruturas estatais e supra-estatais, que canalizam as riquezas constituídas para o 1% restante da sociedade. Este processo ocorre em todo o continente europeu, premido por políticas de ajuste fiscal propostas por governos e agências multilaterais afinadas com a agenda do "Consenso de Washington" (aquela que tanto estrago causou entre nós, latino-americanos, na década de 1990). Nos Estados Unidos, a situação tem matizes agravados por algumas especificidades: os estudantes, que só tem acesso às universidades mediante a contratação de vultosos empréstimos, ao final do curso, desempregados, deparam-se com uma dívida que vai de U\$ 50.000 a U\$ 80.000,00 dólares. Além disso, muitos trabalhadores e desempregados, em decorrência da crise que persiste desde 2008, também estão afundados em dívidas imobiliárias. Some-se a isso o fato de que mais de 50 milhões de norte-americanos não dispõem de acesso ao sistema de saúde. Por essa breve descrição, é possível dizer que o processo de financeirização do capital, em curso na economia global, tem atingido de forma cabal o cidadão comum estadunidense e, nesse cenário, os "representantes do povo" parecem ter muito menos afinidades com os interesses de seus "representados" do que com os do grande capital que os oprime.

Durante os anos 1999-2001, os movimentos anti-globalização, que lutavam contra as mesmas causas que os atuais, mas em um momento de ascensão desse sistema, tomaram o contorno de protestos e marchas de ruas, integradas por variados segmentos da sociedade. Dez anos depois, as ocupações tem se constituído em uma das formas mais significativas da nova onda de protestos globais. Quais as especificidades dessa modalidade de protesto?

As ocupações urbanas ocorrem sob múltiplas formas em todo o mundo. Squats, Okupas ou Krakkers (em holandês) são termos, dentre outros, utilizados para se referir à prática de ocupar espaços vazios na cidade e ali instalar modos de vida cultural e comunitária distintos dos vigentes no sistema capitalista, muito comuns nas décadas de 1970-1980, especialmente na Europa.

Entretanto, as ocupações agora tratadas referem-se a um tipo específico que poderíamos chamar de "ocupação de resistência". Trata-se da ocupação como ação direta, realizada com o objetivo de obter algo reivindicado por um grupo/coletividade, sem a recorrência a instituições intermediárias. A inauguração dessa tática, que consiste na ocupação de espaços públicos, é atribuída à ação da Nova Esquerda nos Estados Unidos, que, posteriormente, se difundiu pelo mundo.

Os efeitos da ocupação de resistência são percebidos em duas dimensões distintas. A primeira relaciona-se aos efeitos diretos que a ação desencadeia e aos seus desdobramentos para o sucesso da causa. A segunda diz respeito à própria experiência que a ocupação propicia. Ou

seja, ao tempo em que criam fatos políticos na sociedade, as ocupações são também um espaço privilegiado onde se gera uma dinâmica interna peculiar. É nesse espaço que se estabelecem novas regras de relacionamento e convivência no grupo (referentes a relações de gênero, tratamento do lixo, cuidados com a limpeza e alimentação do grupo, etc). São formas específicas de discussão dos temas e tomada de decisão, baseadas na horizontalidade, não liderança e consenso, e que se procura construir o dia a dia da ocupação segundo a concepção de que o pessoal (e cotidiano) também é político.

Assim, a experiência da ocupação repercute, fundamentalmente, em seus participantes e nas relações que estabelecem entre si, constituindo-se em uma oportunidade privilegiada para a ampliação e divulgação da perspectiva do movimento, por meio da intensa experiência cotidiana de seus princípios de atuação por parte dos integrantes do ato. Será nesse ambiente que se constituirão relações, princípios e práticas alternativos aos vigentes no sistema contestado pelos ativistas, qual seja, aquele regido pela lógica capitalista e pela democracia representativa.

Ao ecoar intensamente no mundo virtual (e real), essas concepções constituídas pelos "acampados" são amplificadas e disseminadas para os mais variados recantos de mundo "em conexão", e mesmo quando são obrigados a deixarem o local, todo o contexto forjado pela ocupação terá contribuído para o empoderamento dos ativistas ocupantes, em particular, e para a criação cumulativa de alternativas de vida em sociedade, que sinalizarão para as pessoas em geral que um outro mundo (com outras formas de relacionamento em sociedade e com o poder) é possível. Afinal, somos quase todos parte dos 99%, não é mesmo? (SARAIVA, 2011).

A onda de protestos também tomou conta da Europa. Com o aprofundamento da crise econômica europeia, medidas urgentes, com o fito de evitar o colapso financeiro de países da União Europeia, mais notadamente Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda, foram orquestradas pela chamada Troika – nome dado à tríade formada por União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Os sucessivos “pacotes de austeridade” promovidos pelos governos europeus, sob as ordens da Troika, levaram a crises sociais e indignação popular em praticamente todos os países afetados, com maior intensidade em 2012. Na Grécia, medidas como demissões de funcionários públicos e reduções de salários e pensões conduziram a população grega a um verdadeiro caos social. Vários foram os casos de suicídios por conta da grave crise financeira do país.

Um aposentado grego de 77 anos cometeu suicídio nesta quarta-feira (04/04) na frente do Parlamento em Atenas. Segundo testemunhas citadas pela imprensa local, o homem teria se matado por conta da crise econômica que atinge o país nos últimos anos.

Segundo eles, o homem teria chegado ao local de metrô e ido em direção a uma árvore, na frente do Parlamento grego. Lá, se matou com um tiro na cabeça. Uma mulher que trabalha no serviço de limpeza da prefeitura de Atenas afirmou ao canal grego *Zougla* que, antes de morrer, o aposentado gritou que “não queria deixar dívidas para os filhos”.

Já o site grego *Newsit* informou que o homem era um farmacêutico aposentado, casado e com uma filha. Segundo o portal, o homem se

encontrava em uma situação financeira muito delicada. As autoridades policiais confirmaram que o homem era grego, mas não quiseram especificar o motivo do suicídio.

A crise financeira que o país enfrenta causou o aumento no número de suicídios entre os gregos. Entre 2000 e 2008, a Grécia apresentava uma média anual de 366 suicídios, uma das mais baixas do continente europeu. No entanto, em 2009, 2010 e 2011, anos em que a crise se agravou, o país registrou 507, 622 e 598 suicídios, respectivamente.

Os gregos vêm sofrendo nos últimos meses com duras medidas de austeridade, que incluem o corte de 15% nas pensões de aposentadoria. As medidas são uma exigência da Troika – formada pela UE (União Europeia), pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) – para aprovar empréstimos ao país que sofre uma crise econômica sem precedentes.

O Parlamento do país havia aprovado em fevereiro um plano econômico que previa, além do corte nas pensões, redução de salário e demissões de funcionários públicos. Com a medida, o governo pretende “economizar” 3,3 bilhões de euros das contas públicas.

O plano econômico gerou uma série de protestos da população, que se vê extremamente prejudicada pelas medidas de austeridade impostas pelo governo grego. (BORGES, 2012)

Nesse cenário, diversas manifestações de rua e greves organizadas por sindicatos, especialmente em Portugal, na Espanha e na Grécia, vêm marcando com frequência o cenário político europeu, ainda sem uma solução última. Em Portugal, surge o movimento Que se lixe a Troika, no combate às medidas de socorro ao sistema capitalista.

O movimento Que se Lixe a Troika sai hoje à rua para mais um protesto. Lisboa, Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Faro, Funchal, Horta, Portimão, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu vão ser palco de manifestações contra as políticas de austeridade impostas pelo "Governo mandatado pela troika", nas palavras do movimento.

A ineficácia das medidas de austeridade e o falhanço das políticas do Governo, a que se juntam o empobrecimento da população, o desmantelamento dos serviços públicos, os cortes nos salários e nas pensões e o aumento de 34% da dívida pública (no 1.º trimestre de 2013 atingiu 131,4% do PIB). Estes são os argumentos que justificam a iniciativa que a organização promete fazer encher as ruas de 14 cidades portuguesas, de norte a sul.

"Estamos a assistir a um grave retrocesso em relação às nossas liberdades, a um desmantelamento do nosso modelo social e até da democracia", afirma ao PÚBLICO João Camargo, um dos promotores do protesto. "Os motivos que nos levaram às ruas no 15 de Setembro [de 2012] e no 2 de Março [deste ano] agravaram-se e, neste momento, temos cerca de 1000 pessoas a apoiar a manifestação", remata. João Camargo faz ainda questão de lembrar que, "na sua carta de demissão, o ministro Vítor Gaspar assumiu que os momentos em que pensou demitir-se foram precisamente em Setembro e em Março".

Em Lisboa, ao contrário do que aconteceu em Setembro de 2012 e a 2 de Março, os protestos de hoje não vão voltar a percorrer a Praça de Espanha, o Marquês de Pombal, a Avenida da Liberdade ou o Terreiro do Paço. Sob o lema "Que se lixe a troika, não há becos sem saída!", o movimento político e social anti-troika prepara-se para um protesto mais direccionado. Uma manifestação "mais amalgamada", como descreve João Camargo. Os

desfiles de marés rumo ao Terreiro do Paço, que caracterizaram a última grande manifestação do movimento anti-troika a 2 de Março, foram substituídos por uma concentração no Rossio que, por volta das 15h30, parte em direcção à Assembleia da República, passando junto à Câmara de Lisboa.

A organização para o protesto de hoje baseou-se essencialmente na mobilização através das redes sociais, nomeadamente através de eventos lançados no Facebook, na distribuição de cartazes pelas paredes das cidades, e na captação, edição e publicação de vídeos de apelo à participação no protesto, protagonizados por diversas figuras públicas, sobretudo das áreas da representação e música. JP Simões, Oceana Basílio, Luís Aleluia, Lúcia Moniz, Vicente Alves do Ó, Daniel Oliveira, Mário de Carvalho, Nuno Artur Silva e Jorge Silva Melo são apenas alguns dos nomes que deram rosto a esta iniciativa do movimento Que Se Lixe a Troika.

"Há nomes de todos os quadrantes da sociedade a apoiar a manifestação, desde as artes às ciências, esperamos que toda essa energia se materialize num grande protesto", deseja João Camargo. "É impossível fazer futurologia mas esperamos uma grande manifestação", acrescenta.

O movimento está a preparar intervenções políticas e culturais para um palco montado ao fundo da escadaria. Ao contrário do que foi ontem noticiado, a PSP não proibiu a ocupação da escadaria da AR, pediu sim, na reunião que tiveram anteontem, que o movimento não ocupasse a escadaria na íntegra - a própria presidente da Assembleia da República não se opôs a tal pretensão quando o movimento lho pediu -, mas apenas a parte final, junto ao largo. João Camargo confirma o pedido, mas não faz "interpretações políticas" da proposta da polícia (CAMARÃO, 2013).

Com efeito, na condição de país mais afetado pelos ajustes económicos conduzidos na Europa, a Grécia representa a vanguarda da luta popular contra os cortes orçamentários impostos pela União Europeia, com a ocorrência de diversas greves ainda em 2013, como a paralisação organizada no mês de setembro, por ocasião da visita de representantes da Troika ao país.

Trabalhadores em greve fecharam escolas e forçaram hospitais a trabalhar apenas com equipas de emergência na Grécia nesta quarta-feira, no início de uma greve de 48 horas contra os planos do governo de demitir milhares de funcionários do setor público.

Os esforços para reduzir um serviço público que possui 600 mil funcionários, muitas vezes visto como perdulário e corrupto, têm enfrentado a resistência dos sindicatos, que dizem que os cortes vão piorar a situação dos gregos que enfrentam um sexto ano de recessão.

Convocada pela central sindical do serviço público Adedy, a mais recente paralisação acontece dias antes de uma visita a Atenas da troika, comissão de credores formada por União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, para verificar o progresso que o país tem feito sobre as reformas prometidas.

"Um inverno longo, oneroso e doloroso começou", disse a Adedy, que, junto com a central sindical do setor privado GSEE, representa cerca de 2,5 milhões de trabalhadores.

"A verdade é que a cada visita da troika nossa dignidade nacional é destruída. A economia e a sociedade estão em ruínas."

A Grécia deve colocar um total de 25 mil trabalhadores sob um chamado "regime de mobilidade" até o final do ano, no qual os funcionários podem ser transferidos para outros cargos no governo ou demitidos. Atenas

também deve cumprir uma meta de 15 mil cortes de empregos em 2013-2014.

A troika socorreu a Grécia com um pacote de ajuda no montante de 240 bilhões de euros (320 bilhões dólares), mas tem alertado que irá interromper a ajuda caso Atenas não avance em reformar o aparato estatal onde as contratações muitas vezes ocorrem por critérios políticos.

(FUNCIONÁRIOS..., 2013)

A torrente de greves, passeatas e protestos na Europa, ainda sem um desfecho, combinada com as manifestações estadunidenses do Occupy Wall Street, representou um signo de que o clima de resistência popular poderia chegar à América Latina, mais cedo ou mais tarde – como efetivamente veio a ocorrer.

2.2 A CONJUNTURA NACIONAL E A INSURREIÇÃO BRASILEIRA

Os protestos de 2013 não representaram, em si, o início do processo de retomada das mobilizações populares no Brasil. Em 2012, ano marcado por grandes greves e protestos na Europa e pela expansão do movimento de ocupações estadunidense para outras cidades, como Chicago e Boston, o clima de revolta realizou seu grande ensaio geral no país com as greves de diversas categorias do funcionalismo público federal.

Durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, de modo geral, as categorias de servidores públicos federais sofreram grave redução no seu poder aquisitivo, por conta do avanço da inflação em contraste com a incoerência de reajustes salariais regulares. Em anos anteriores, as diversas categorias vinham conduzindo processos de mobilização isolados, cada uma com sua pauta específica, sem grandes avanços. Contudo, em 2012, essas categorias articularam-se na maior onda de greves ocorrida no Brasil desde o fim da década de 1990, com grande destaque para a greve organizada por docentes e trabalhadores do corpo técnico das universidades federais.

Foram 123 dias de paralisação das atividades. Mais de três meses depois do fim da greve das universidades públicas brasileiras - a mais longa da história do ensino superior - professores, alunos e funcionários seguem tentando recuperar o tempo perdido. Nada de praia durante a semana ou tempo livre para a família. Dessa vez, as férias vão ficar para depois. O verão só vai dar espaço a livros e apostilas.

A estudante de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Cecília Cury vai ter de voltar aos corredores da faculdade. De 28 janeiro a 8 de fevereiro, tem compromisso com a semana de recuperação. Ela acredita que teve seu desempenho

prejudicado pela ritmo acelerado do segundo período do ano. "Parece que tivemos que correr muito mais. Fizemos as provas sem as notas das avaliações dos professores, porque não deu tempo para corrigir", diz. Segundo a universitária, muitos docentes tentaram encontrar alternativas para garantir que as aulas não se estendessem verão adentro.

Entre as possibilidades, a jovem destaca as aulas em sábados e combinações para que o conteúdo fosse ministrado com maior dinâmica. "Foi uma combinação entre professores e alunos. Todos concordaram, ninguém queria ter aulas no verão. Mas não conseguimos fugir das provas finais", acrescenta. As datas se referem ao curso de Relações Internacionais. Graduações que tiveram maior tempo de paralisação devem estender ainda mais o calendário.

De acordo com a reitoria da UFMG, em setembro o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) estabeleceu 5 de outubro como a data limite para encerramento do primeiro semestre de 2012, cujas aulas tinham sido interrompidas por conta da greve. Os cursos da universidade tiveram de dar início às aulas do segundo semestre até 8 de outubro de 2012, com encerramento previsto para, no máximo 16 de fevereiro de 2013. O início do primeiro período do próximo ano está previsto para 4 de março - sem alterações significativas depois disso.

Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, comerciantes e donos de bares e casas noturnas comemoram a previsão de movimento intenso durante o verão. Isso porque as aulas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) também devem se estender. O estudante de Design Digital Artur Cunha, 22 anos, conta que o recesso entre Natal e Ano-Novo - que também vai acontecer na UFMG e demais universidades brasileiras - vai ser a oportunidade para que os universitários aproveitem um pouco do verão antes da rotina voltar ao normal. Mas ele não se importa.

"Todo mundo já sabia que não teria outro jeito. Ter aulas no verão era a única forma de recuperar. Como todos vão estar aqui, vai ter muita coisa para fazer à noite. Nos finais de semana, ir para a praia do Cassino é um bom programa", diz. Natural de Viamão (RS), Artur deve receber a visita dos pais para as festas de final de ano. Durante o resto da temporada, vai se dividir entre as aulas pela manhã, trabalho à tarde e lazer à noite.

Na Universidade de Brasília (UnB), a solução encontrada foi diminuir os intervalos entre o primeiro e o segundo semestre de 2012. Mas a medida não foi suficiente para evitar que os 35 mil alunos tenham aulas durante o verão. Segundo o diretor da Secretaria de Administração Acadêmica, Arnaldo Carlos Alves, as aulas seguem até 8 de março. "Vamos fechar os 200 dias letivos previstos por lei", diz. Alves reconhece que a paralisação pode ter prejudicado o desempenho dos alunos. "Quando você interrompe um semestre, pode haver algum tipo de dificuldade em disciplinas de cálculo, por exemplo. Mas são casos pontuais", diz.

Com início em 17 de maio, a greve de 57 das 59 universidades federais brasileiras tinha entre os objetivos rever plano de carreira, condições de trabalho e infraestrutura. Em 16 de setembro, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino (Andes) decidiu pelo fim da paralisação. [sic] (APÓS GREVE..., 2012).

A proximidade da onda de greves com a juventude nas universidades e o próprio sucesso dessas greves – que subverteram a política de congelamento salarial tencionada pela presidente Dilma Rousseff – exerceram forte influência ao radicalizar, de certa forma, o ambiente universitário, aproximando os estudantes – que assumiram um papel expressivo nas mobilizações de 2013 – à ideia da

resistência popular como forma de empoderamento e de atingimento das demandas por meio da pressão aos governos.

2.2.1 Porto Alegre, o estopim no Brasil

Em Porto Alegre, onde ocorreu o processo que muitos consideram que impulsionou as Jornadas de Junho a uma amplitude nacional, o Bloco de Luta pelo Transporte Público¹ centralizou a organização do foco de resistência à política do governo do prefeito municipal, José Fortunati, que, aliado aos interesses das empresas concessionárias dos serviços de transporte público da cidade e fortalecido por sua recente eleição no ano anterior em primeiro turno, preparava um novo aumento da tarifa de transporte coletivo. A sucessão de reajustes acima da inflação, combinada com os avanços insuficientes na condição de vida das classes subalternas da população, que é a parcela que depende diretamente dos serviços de transporte público, acirraram a conjuntura política na cidade. Enquanto a população em geral criticava os sucessivos reajustes acima dos índices inflacionários, os prepostos do governo municipal justificavam os aumentos pelas isenções oferecidas a estudantes e idosos.

Se um motorista de ônibus da Capital resolvesse gastar todo o seu salário mensal em passagens para andar no veículo em 2012, ele teria feito 610 viagens. Em 1996, seriam 1.380. O estudo, intitulado A Manutenção do Desincentivo ao Transporte Coletivo em Porto Alegre, tornou-se mais um elemento da saga do reajuste das passagens de ônibus na cidade — pedido em 15,8%.

A comparação foi feita pelo escritório gaúcho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que contrapõe os argumentos das empresas do setor para justificar o aumento da tarifa de ônibus na Capital.

O balanço do Dieese — entidade de estudos econômicos vinculada a sindicatos — põe lado a lado a inflação pelo INPC na Capital e o percentual de reajuste das passagens entre 1994 e 2012 para criticar: enquanto a alta dos preços foi de 281,31% nesse período na cidade, o preço do transporte coletivo subiu 670,27%.

Quanto ao combustível, há mais controvérsias. Para o Dieese, em um ano o óleo diesel subiu 5,8% na cidade. As empresas de ônibus garantem que foi 15,03%.

¹ Conglomerado de coletivos e organizações políticas de esquerda e entidades representativas de estudantes universitários e secundaristas, formado no início de 2012 como fruto de um avanço na organização de comitês temporários, nos anos anteriores, com o fito de unificar as mobilizações da juventude organizada contra os sucessivos aumentos anuais nas tarifas de ônibus da capital gaúcha na última década.

"Nesse momento, não gostaríamos de nos manifestar", foi a frase ventilada pelo Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre (Seopa) ontem para explicar que não rebateria o estudo.

Se aprovado sem redução, o novo valor da tarifa de ônibus, protocolado pelo Seopa na Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), seria o maior entre as capitais brasileiras. [...]

Em 25 de janeiro passado, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo da Camino, pediu a revisão do cálculo do reajuste. A medida cautelar aponta que a fórmula deve se restringir às despesas de manutenção da frota em uso, sem contar os ônibus reservas. O caso será apreciado pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado na próxima quarta-feira.

Quem se indaga sobre o papel da Carris na composição dos preços para andar de ônibus, pode imaginar que seria possível um papel estilo Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil na questão dos juros e custos bancários. Algo como um regulador público de preços no setor do transporte. Não é bem assim.

Como tem serviços considerados melhores que os das companhias privadas, segundo a EPTC, a Carris acaba custando mais caro e quase não teria lucro, diz o diretor-presidente do órgão de trânsito, Vanderlei Cappellari. A empresa pública seria mais uma balizadora de serviços.

No entanto, a Carris está sob a lupa das autoridades. Na quarta-feira, o TCE determinou que o ex-administrador da Carris João Antônio Pancinha Costa devolva aos cofres públicos R\$ 238,24 mil, devido a supostas irregularidades na aquisição de serviços e produtos de informática.

Pancinha, que recorrerá, afirmou que a prefeitura questionou a compra por leilão, o contrato foi cancelado, porém já havia sido feito pagamento. Cappellari também está de olho na empresa.

– A Carris vai ter de encontrar uma forma de racionalizar custos e ser autossustentável – afirmou.

Uma das causas do encarecimento das passagens de ônibus em Porto Alegre é a fraude nas isenções – 33% dos passageiros têm algum benefício [...]. (ESTUDO..., 2013)

Desde o início de 2013, o Bloco de Luta encampou a organização da vanguarda que tradicionalmente vinha promovendo mobilizações de rua nos anos anteriores. Em 9 de janeiro ocorria a primeira assembleia do Bloco, que tinha por característica a horizontalidade de seus espaços deliberativos. Àquela época, já havia sido firmada a unidade entre os integrantes do Bloco e a categoria dos trabalhadores rodoviários de Porto Alegre, que vinham em processo de mobilização desde o final de 2012, com paralisações dos serviços entre novembro e dezembro daquele ano.

No dia 21 de janeiro, ocorre o primeiro ato do Bloco de Luta, no centro de Porto Alegre. Centenas de pessoas foram até a sede do governo municipal para deixar claro que não aceitariam mais um reajuste nas tarifas de transporte público. O diferencial em relação aos anos anteriores foi visível, pois havia uma maior unidade entre os organismos da vanguarda da mobilização, e a adesão a esse primeiro ato, reforçada pela articulação com os trabalhadores rodoviários, foi comparável à média

dos atos mais expressivos nos anos anteriores, dando sinais de amadurecimento do processo político de insurgência popular contra as medidas do governo. Além disso, a licitude dos reajustes tarifários implementados anteriormente era questionada pelo Ministério Público de Contas, o que reforçava o clamor do movimento.

Centenas de pessoas percorreram o Centro de Porto Alegre nesta segunda-feira (21) para protestar contra o aumento da passagem do transporte público municipal. Atualmente, a tarifa de ônibus é R\$ 2,85 e a de lotação, R\$ 4,25.

Oficialmente, ainda não há nenhum movimento das empresas que detêm as concessões do transporte público no sentido de elevar o valor da passagem. Mas, tradicionalmente, o reajuste costuma ocorrer até o final de fevereiro de cada ano. Entre os manifestantes, se comentava que o valor reivindicado pelas empresas seria de R\$ 3,15.

[...]

Às 18h30, o grupo iniciou a caminhada, se deslocando pela avenida Borges de Medeiros em direção à avenida Júlio de Castilhos, passando, em seguida, pela praça Parobé – ponto de partida de muitos ônibus que finalizam e iniciam seus trajetos pelo Centro.

Durante todo o ato, que se encerrou em uma concentração em frente à prefeitura, os manifestantes entoaram diversos gritos de protesto, como “Mãos ao alto! Esse aumento é um assalto!” e “Pra trabalhar! Pra estudar! Mais um aumento eu não vou pagar”. Algumas frases atacavam diretamente o prefeito José Fortunati (PDT), como “Estudo! Trabalho! Dou duro o dia inteiro! Fortunati anda de carro e ainda rouba o meu dinheiro!”

Os manifestantes também apoiaram as reivindicações dos trabalhadores rodoviários, que pedem um aumento de 30% às empresas de ônibus, além da redução da jornada de trabalho de 7h10min para 6h. Ao passar por diversos ônibus que estavam estacionados recolhendo passageiros, os integrantes do protesto cantaram: “Ô motorista! Ô cobrador! Me diz aí se o teu salário aumentou!”. A resposta veio na forma de risadas e sinais negativos feitos pelos trabalhadores.

Além dos bordões, dezenas de cartazes e faixas informavam o motivo do protesto. Muitas delas ironizavam: “Fortunati, carrega meu TRI”, “Como vou procurar emprego, se não consigo pagar a passagem?” e “Fui roubado! Andei de ônibus”. Um cartaz informava todos os aumentos ocorridos desde 2001, quando a passagem custava R\$ 0,95.

De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), a tarifa de ônibus em Porto Alegre subiu 670% entre 1994 e 2012. No mesmo período, a inflação aumentou 310%. O último reajuste ocorreu no final de janeiro do ano passado, quando o prefeito José Fortunati sancionou um aumento de 5,56%, elevando a tarifa de R\$ 2,70 para R\$ 2,85.

No final do ano passado, o Ministério Público de Contas (MPC) questionou os critérios adotados para reajustar o preço das passagens. Baseado numa inspeção especial realizada nas contas da EPTC em 2011, o órgão pede que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) cobre esclarecimentos da prefeitura sobre o tema.

De acordo com o MPC, o relatório da inspeção constatou irregularidades nos cálculos que fixam o valor das passagens. A principal delas diz respeito ao cálculo do Percurso Médio Mensal (PMM), que, nos moldes elaborados pela prefeitura, considera a frota total dos ônibus.

O MPC questiona esse critério, por entender que não se pode incluir os ônibus reservas – que não estão em circulação – para compor o quadro tarifário. O relatório da inspeção feita pelo TCE constata que “acaba por se

diminuir artificialmente a produtividade do sistema, uma vez que pressupõe a rodagem simultânea dos veículos reservas e operantes”.

A auditoria aponta que “ao se corrigir no cálculo tarifário do PMM, substituindo-se a frota total pela frota operante, (...) a tarifa técnica decaiu de R\$ 2,88 para R\$ 2,60”, acrescentando que “essa correção metodológica impacta na redução de 12,06% no custo fixo por quilômetro e 9,72% no custo total por quilômetro”.

Baseado nesse relatório, o TCE solicitou informações à EPTC. O pedido foi encaminhado no dia 28 de dezembro de 2012 e respondido pela prefeitura no dia 7 de janeiro deste ano. O processo ainda está tramitando no Tribunal de Contas. [sic] (OLIVEIRA, 2013b).

Ainda no final de janeiro e em fevereiro, mais manifestações ocorreram. No dia 29 de janeiro, um novo ato público ocupou o Largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre. Em 6 de fevereiro, o Bloco de Luta organizou a ocupação de um terminal de ônibus e promoveu a distribuição de panfletos à população. No dia seguinte, centenas de pessoas reuniram-se próximo à Usina do Gasômetro para protestar contra o corte de mais de cem árvores procedido pelo governo municipal de José Fortunati, medida inserida no cronograma das obras de duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, um dos acessos ao estádio Beira-Rio – obra exigida para a ocorrência de partidas da Copa do Mundo de futebol da FIFA em Porto Alegre, em 2014. A manifestação provocou a suspensão temporária das obras, que posteriormente acabaram sendo retomadas. No dia 18 de fevereiro, ocorreu o terceiro ato público do Bloco, também no Largo Glênio Peres. Naquele momento, já havia sido oficializada a pedida dos empresários concessionários do transporte coletivo: desejavam cobrar uma tarifa de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), um aumento de 15,78% sobre os R\$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos) então praticados. Mais uma vez, o ato foi marcado por razoável adesão, fruto da propaganda exercida nas redes sociais.

Centenas de manifestantes protestam no centro de Porto Alegre no final da tarde desta segunda-feira contra a possibilidade de aumento na tarifa das passagens de ônibus. As empresas de transporte público da Capital pedem reajuste de 15,8% no valor, o qual passaria de R\$ 2,85 para R\$ 3,30.

Munidos de faixas e um carro de som, os manifestantes se concentraram no Largo Glênio Peres por volta das 18h e seguiram em caminhada no entorno do Mercado Público, ao longo do Terminal Parobé, na Avenida Júlio de Castilhos.

De forma ordeira, a passeata seguiu pela Avenida Voluntários da Pátria e chegou à Avenida Salgado Filho. Em seguida, o grupo se reuniu na Esquina Democrática e o trânsito foi liberado na região central da cidade.

Em coro, o grupo gritava: "Para trabalhar, para estudar, mais um aumento eu não vou pagar". A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) orientou os motoristas a não utilizarem a Avenida Mauá.

Convocado no Facebook pelo Bloco de Luta por um Transporte Público, o protesto teve quase mil confirmações de comparecimento. No convite, a inscrição: "Nenhum direito a menos. Pela manutenção do meio passe para estudantes e permanência de gratuidade para idosos".

O Sindicato das Empresas de Ônibus (Seopa) sustenta que o pedido de aumento em R\$ 0,45 foi feito em decorrência da queda no índice de passageiros pagantes por quilômetro rodado. Além disso, argumenta que desde julho de 2011, quando foi implantada a segunda passagem gratuita, o número de isentos chegou a 33% do total de usuários.

Em nota, a EPTC reforçou que só vai realizar um estudo técnico do aumento na tarifa após manifestação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), considerando a medida cautelar que questiona um dos itens da metodologia de cálculo da planilha tarifária. O TCE ainda não tem um prazo para avaliar o pedido.

Já o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre, que também participou do ato, promete uma "segunda parte" dos protestos para a terça-feira. Sem revelar detalhes, confirmam manifestações entre as 7h e 9h e entre as 17h e 19h.

— Só posso dizer que Porto Alegre vai andar devagarinho — observa o conselheiro municipal de transportes e diretor sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luís Afonso Martins.

Além de concordar com o protesto de aumento no reajuste das tarifas de ônibus no município, os rodoviários contestam a suposta aprovação de aumento do dissídio da categoria. No dia 22 de janeiro, uma assembleia para decidir o percentual acabou em confusão. O sindicato garante que o processo está em litígio judicial (PROTESTO..., 2013).

No dia 6 de março, uma pequena passeata pelas ruas do centro de Porto Alegre chamava a atenção à demanda. No dia seguinte, o deputado federal Marco Feliciano, pastor evangélico com um histórico de manifestações homofóbicas, machistas e racistas, foi eleito ao cargo de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, gerando fortes protestos organizados por entidades e militantes na defesa dos direitos humanos e membros da comunidade LGBT². Também em Porto Alegre, realizavam-se atos públicos de menor adesão e intensidade, pedindo o "Fora Feliciano". Na mesma esteira da luta contra a homofobia, no dia 12 de março ocorreu uma audiência pública na Câmara Municipal de Porto Alegre para levantar depoimentos sobre agressões a homossexuais praticadas por garçons do Bar Pinguim, situado na região central da cidade, que também geraram mobilizações. No mesmo dia, os rodoviários da cidade faziam uma paralisação que comprometeu a oferta de transporte coletivo à população.

Em 15 de março, ocorreu um novo protesto contra o corte de árvores por conta de obras da Copa do Mundo. As demandas populares já se diversificavam,

² Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Sigla utilizada para identificar todas as orientações sexuais minoritárias, não heteronormativas.

mas os atos políticos de maior expressão ainda centralizavam a questão do transporte público. O cenário político da cidade entrou em verdadeira ebulição social quando, no dia 21 de março, o Conselho Municipal de Transporte Urbano (Comtu) aprovou, com apenas um voto contrário, o reajuste nas tarifas de ônibus, para o valor de R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos). No dia seguinte, 22 de março, o Bloco de Luta realizou um ato simbólico em frente à Prefeitura, com baixa adesão. O aumento foi implementado no dia 25 de março; a partir de então, as mobilizações passaram a ocorrer quase diariamente. Nesse mesmo dia, ocorreram dois atos públicos simultâneos: um no campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o outro na Avenida Ipiranga, em frente ao campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – este último provocou grandes transtornos ao trânsito, em horário de grande movimento, atraindo a atenção da mídia e resultando em repressão truculenta por parte da polícia. Tratava-se do prenúncio do ascenso das manifestações.

Manifestantes bloquearam na noite desta segunda-feira a Avenida Ipiranga, em Porto Alegre, em frente ao pórtico de entrada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Os participantes protestam contra o aumento das passagens de ônibus.

Por volta das 22h, a via foi totalmente liberada. Em um primeiro momento, cerca de cem pessoas bloquearam toda avenida. Na maior parte do tempo, uma das faixas ficou liberada pelos agentes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) e opção de desvio foi a Avenida Salvador França.

O protesto teve momentos de tumulto entre manifestantes, policiais e motoristas. Pouco depois das 18h30min, um motociclista teria agredido um dos participantes utilizando o capacete. Eles também afirmam que foram atingidos com balas de borracha pela polícia, além de terem sido agredidos com cassetetes.

O reajuste de 7,02% aprovado pela prefeitura entrou em vigor nesta segunda-feira. A tarifa passou a custar R\$ 3,05 nos coletivos, enquanto nos lotações sobe para R\$ 4,50. Os reajustes foram definidos pelo Conselho Municipal de Transporte Urbano (Comtu) de Porto Alegre na quinta-feira passada (CONTRÁRIOS..., 2013).

No dia 26 de março houve pequenos atos, divididos em diversos pontos da cidade, sem no entanto atrair os olhos da população. Em 27 de março, em mais um ato público do Bloco de Luta em frente à Prefeitura Municipal, registrou-se o primeiro grande incremento participativo nas mobilizações: a adesão era muito superior à média dos atos que vinham sendo realizados até então, ultrapassando a casa das centenas de pessoas. Também crescia o grau de radicalidade das manifestações: nesse dia, os manifestantes exigiam ser recebidos pela Prefeitura e tentaram forçar

a entrada no prédio. Além disso, os partícipes do ato sujaram de tinta vermelha o então Secretário de Governança Local do Município, César Busatto, que teria se dirigido aos manifestantes. Algumas vidraças do prédio foram quebradas e a então coordenadora-geral do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS Luany Barros foi presa e algemada por agentes da Guarda Municipal e levada ao interior do prédio, mesmo sem oferecer resistência. Em virtude da prisão arbitrária de Luany, os manifestantes dirigiram-se até o Palácio da Polícia, aonde a estudante foi conduzida pela Brigada Militar, e lá permaneceram entoando palavras de ordem até a liberação da integrante do Bloco de Luta.

[...] Desde o final da tarde, centenas de manifestantes se reuniram em frente ao Paço Municipal, no centro da capital, portando faixas e cartazes. Eles protestavam contra o reajuste da tarifa de ônibus, elevada para R\$ 3,05 na última segunda-feira (25). Atos semelhantes foram realizados em vários pontos da cidade durante a semana.

Segundo a Brigada Militar, o tumulto começou quando um grupo de manifestantes tentou invadir a prefeitura. Eles foram contidos pelos policiais e começaram a reagir, arremessando pedras, pedaços de madeira, bolas de gude, tinta e outros objetos contra o prédio. Janelas foram quebradas e algumas pessoas, atingidas. As paredes do prédio também foram pichadas. De acordo com o relato de testemunhas, pelo menos três pessoas ficaram feridas: dois membros da Guarda Municipal e um manifestante, que teria sido encaminhado para o Hospital de Pronto Socorro (HPS). Um manifestante que conseguiu ingressar dentro do Paço Municipal acabou preso, segundo a prefeitura.

O Batalhão de Operações Especiais (BOE) usou bombas de efeito moral para dispersar a multidão. No deslocamento do grupo, houve mais quebra-quebra, ainda conforme o relato de testemunhas. O para-brisas de um carro da Guarda Municipal foi quebrado. Outros veículos, inclusive particulares, também teriam sido depredados.

O secretário de Governança de Porto Alegre, Cezar Busatto, foi atingido com tinta pelos manifestantes. Minutos depois, ele concedeu uma entrevista coletiva na prefeitura e classificou o protesto como “selvageria”.

“Não houve nenhum espaço para diálogo. O que se viu foi uma fúria enlouquecida de alguns jovens, que simplesmente começaram a avançar para cima de nós. Agrediram um guarda, arrancaram os meus óculos e começaram a jogar essa tinta para cima de nós”, descreveu Busatto.

O secretário afirmou que ele e o guarda municipal que ficou ferido no confronto vão registrar ocorrência na Polícia Civil. As imagens das câmeras de segurança da prefeitura serão usadas para tentar identificar os envolvidos no tumulto e responsabilizá-los por crimes como lesão corporal e depredação do patrimônio público.

“Nós repudiamos e exigimos providências das autoridades constituídas. Vamos fazer uma ocorrência na polícia para que se abra um inquérito e os responsáveis sejam identificados. Pessoas que fazem isso não podem ficar impunes”, declarou o secretário de Governança.

Depois do tumulto, os manifestantes subiram em caminhada pela Avenida Borges de Medeiros. Houve uma concentração no Largo Zumbi dos Palmeiras, na Avenida Loureiro da Silva. Em seguida, o grupo seguiu para a Avenida João Pessoa, bloqueando o trânsito na avenida. Uma nova concentração foi feita em frente ao Palácio da Polícia, na Avenida Ipiranga,

para onde o manifestante detido teria sido levado. [...] (PROTESTO POR..., 2013).

No dia 1º de abril, uma grande manifestação, com cerca de 10 mil partícipes, tomou conta das ruas do centro de Porto Alegre. A adesão eminentemente popular a partir de então fez com que as manifestações perdessem o caráter vanguardista dos atos anteriores – um dos argumentos utilizados pela grande mídia na tentativa de deslegitimação e marginalização dos movimentos. Naquele momento, ficava visível que não mais se tratava dos ativistas sociais de Porto Alegre buscando conscientizar o conjunto da população por meio dos protestos; então o conjunto povo de Porto Alegre havia sido, finalmente, convencido a ir às ruas para lutar por seus direitos.

Milhares de pessoas lotaram as ruas do centro de Porto Alegre na noite desta segunda-feira (1) para protestar contra o aumento da passagem de ônibus. Foi o sétimo protesto realizado desde janeiro, quando começaram as mobilizações contrárias ao reajuste da tarifa – que foi sancionado pela prefeitura no dia 21 de março e entrou em vigor no dia 25 de março, elevando o valor de R\$ 2,85 para R\$ 3,05.

O ato desta segunda-feira foi o que contou com maior número de manifestantes. A Brigada Militar estima que foram mais de quatro mil pessoas nas ruas, enquanto integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público falam em cerca de dez mil participantes.

Descontando as marchas de abertura do Fórum Social Mundial Temático de 2012 e do Fórum Social Mundial Palestina Livre, a cidade não recebia uma manifestação tão grande desde março de 2011, quando mais de duas mil pessoas foram às ruas para protestar contra o atropelamento em massa de ciclistas feito pelo funcionário do Banco Central Ricardo José Neis.

Convocado pelas redes sociais, o protesto teve início às 18h em frente à prefeitura. Bandeiras de partidos políticos como PSTU, PSOL — além de entidades relacionadas a essas siglas, como o movimento Juntos (PSOL) e a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL, ligada ao PSTU) — se misturavam a cartazes e emblemas de outros grupos e coletivos autônomos e apartidários como o Movimento Revolucionário, o assentamento urbano Utopia e Luta e as tradicionais bandeiras pretas e vermelhas dos anarquistas. Também havia um imenso número de pessoas que não tinha vínculo com nenhum movimento ou coletivo e levavam cartazes individuais com mensagens de protesto.

Agentes da Guarda Municipal estavam posicionados dentro do prédio da prefeitura, enquanto soldados da Brigada Militar patrulhavam os arredores. Ao final do protesto, a reportagem do Sul21 questionou a Brigada sobre a quantidade de efetivo deslocada na operação e foi informada de que o contingente foi “o suficiente”. “Não vou comentar, é uma informação reservada”, respondeu um oficial. A reportagem contou, pelo menos, cerca de 50 soldados do batalhão de choque que acompanhavam o cortejo.

Às 18h40, os ativistas se retiraram da praça Montevidéu, em frente à prefeitura, e iniciaram a marcha pela avenida Júlio de Castilhos. A primeira parada ocorreu no terminal Rui Barbosa, onde se localiza o Camelódromo. Neste momento, os discursos na Kombi branca que transportava os autofalantes relembrou os 49 anos do golpe de 1964.

Os jovens deram uma volta pelo terminal e retornaram à Júlio de Castilhos, por onde seguiram até o túnel da Conceição. Os manifestantes optaram por passar por dentro do túnel, que se converteu em uma espécie de festa com

a chegada da batucada. Quem estava no viaduto, observando o cortejo de cima, podia perceber que, enquanto a ala dianteira da marcha ingressava no túnel, a parte final recém começava a sair da avenida Júlio de Castilhos. Após a saída do túnel, quando chegaram ao início da rua Sarmento Leite, os ativistas liberaram uma das pistas da via para permitir a passagem de uma ambulância, que havia ficado presa no congestionamento gerado pelo protesto. Em seguida, o grupo permaneceu em silêncio durante a passagem pelo hospital Santa Casa, junto à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

Os manifestantes retornaram pela avenida Salgado Filho até a esquina com a avenida Borges de Medeiros, por onde seguiram até o Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa. Lá, realizaram uma assembleia de encerramento do ato e confirmaram a organização de um novo protesto para esta quinta-feira (4), em frente à prefeitura.

Diferentemente do último ato, no dia 27, quando houve conflito entre os manifestantes e a polícia, desta vez o protesto ocorreu sem maiores transtornos. A marcha seguiu de forma pacífica até o Largo Zumbi dos Palmares. Em alguns momentos, um grupo — que seguia à frente do carro de som e das faixas posicionadas no início da caminhada — soltava rojões, que eram vaiados pela maioria dos ativistas. Um dos integrantes desse grupo que estava na dianteira da marcha chegou a investir, a socos, contra uma agência do banco Bradesco e um contêiner de lixo na avenida Júlio de Castilhos, sendo igualmente vaiado por outros manifestantes. Foi confirmado, ainda, que o fotógrafo Ronaldo Bernardi, do jornal Zero Hora, foi alvejado com um ovo no rosto. Ao longo do percurso, os jovens picharam muros, paredes e ônibus com mensagens que exigem a revogação do aumento da passagem (OLIVEIRA, 2013a).

Importante ressaltar que, a partir da grande passeata de 1º de abril, verificava-se uma grande empatia entre os participantes dos atos e a população em geral. Mesmo quem restava, de alguma forma, prejudicado com os engarrafamentos, buzina e aplaudia em apoio aos manifestantes.

No dia 3 de abril, os vereadores de Porto Alegre Pedro Luiz Fagundes Ruas e Fernanda Melchionna e Silva, ambos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), opuseram ação cautelar com pedido de antecipação de tutela, requerendo a suspensão do aumento nas tarifas de transporte coletivo da cidade, com base em irregularidades verificadas pelo Ministério Público de Contas na planilha utilizada como referencial para a definição dos reajustes tarifários.

Para o dia seguinte (4 de abril), estava marcado um novo ato, com grande expectativa de comparecimento, dado o substancial aumento na adesão às passeatas. Marcada para as 18h30min, a manifestação, que ocorreu sob uma forte chuva que alagou alguns pontos da cidade, ocorreu simultaneamente à notícia do deferimento, pelo Juiz de Direito Hilbert Maximiliano Akihito Obara, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, da antecipação de tutela requerida pelos vereadores do PSOL, suspendendo, assim, o aumento tarifário:

Vistos. PEDRO LUIZ FAGUNDES RUAS e FERNANDA MELCHIONNA DA SILVA ajuizaram ação cautelar em face do MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO - EPTC e CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE URBANO - COMTU, todos já qualificados, objetivando, inclusive em sede de tutela antecipada, a suspensão e subsequente anulação do ato de aumento tarifário do transporte de circulação urbano, sob argumentos, em síntese, de ocorrência de ilegalidades administrativas e infringências aos princípios da legalidade e moralidade administrativa, em flagrante prejuízo da população. No mérito, pugnam pela procedência da demanda. Acostados documentos. É o breve relatório. Decido. De início, deve ser analisada uma importante questão processual. Por aplicação do princípio da fungibilidade das tutelas de urgência, admitido pela inovação legislativa introduzida no parágrafo 7º, art. 273 do Código de Processo Civil, recebo a ação cautelar como ação de conhecimento, pelo procedimento comum ordinário. Percebe-se que os autores trataram a ação como cautelar inominada, porém o pedido é satisfativo. A suspensão requerida liminarmente é efeito direto do atendimento do pedido. Desse modo, o tratamento adequado à pretensão de urgência exposta é a de tutela antecipada e como tal passará a ser analisada. A antecipação de tutela deve ser concedida se estiverem presentes os requisitos previstos no art. 273 do CPC. Destaca-se a necessidade de apuração da aparência de verdade das alegações postas na peça portal e a urgência. Há fortes indicativos de abusividade no aumento das passagens, de conformidade com aprofundada análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (fls. 22 a 151). A documentação referida evidencia a não contabilização de receitas com publicidades, despesas não permitidas sendo contabilizadas, além de aparente cálculo tarifário equivocado, utilizando-se de metodologias impróprias para mascarar uma inexistente necessidade de aumento, saltando aos olhos especialmente a inclusão indevida de frota reserva, que cria um aumento de despesa não real. Percebe-se, assim, não haver sustentação para o aumento tarifário pretendido pelos réus. Ademais, outra situação de grande relevância que coloca em cheque a credibilidade da necessidade de aumento diz respeito ao desatendimento de regras básicas de direito administrativo referente à obrigatoriedade de licitação de forma a ser angariada a melhor proposta, àquele que melhor atenderia ao interesse público. Diante dessa situação, é de se presumir que terceiros possam estar indevidamente se beneficiando de um valor tarifário incompatível com o serviço prestado com prejuízo irreparável e de longa data da população que utiliza esse meio de transporte. Presente, desse modo, a presença de elementos suficientes para tornar aparente o direito alegado na exordial. A verossimilhança da alegação, baseada em prova inequívoca, extrai-se, como supramencionado, da competente análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado. Na mesma linha, inegável é o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Sabido que a esmagadora maioria dos cidadãos que utilizam frequentemente esse serviço público de transporte são pessoas de poucos recursos e raramente dispõem de outros meios alternativos de locomoção. Desse modo, acabam tendo um comprometimento considerável da renda utilizada para a manutenção dos mesmos e de seus familiares. Portanto, partindo-se da premissa da ilegalidade do aumento, fica evidente a lesão grave e irreparável justificadora da tutela antecipada. Outrossim, poderia ser alegada a presença de dano irreversível aos réus em face da imprescindibilidade dos valores para custear os gastos, sob pena de falência, que a suspensão determinada poderia provocar. Contudo, não é isso que está demonstrar a prova documental acostada pelos autores. E ainda que se pudesse cogitar de prejuízo irreversível para o réu, como salientado alhures, verifica-se também a iminência de dano irreversível ao interesse público defendido pelos autores. Nesse caso, é de se aplicar a teoria da irreversibilidade recíproca defendida por Athos Gusmão Carneiro, perquirindo-se, por aplicação dos princípios da proporcionalidade e

razoabilidade, qual é o valor axiologicamente preponderante entre aqueles que estão em conflito. E, ao menos em juízo de cognição vertical sumária, é de se afirmar que o interesse que os autores buscam tutelar está em um patamar superior. Isso posto, DEFIRO a tutela antecipada pretendida, e determino a suspensão do aumento tarifário do transporte de circulação coletivo urbano aprovado em 21.03.2013. Oficie-se, inclusive às empresas consorciadas. Registre-se e autue-se como ação ordinária. Apense-se ao feito nº001/11.0148445-5, em razão da conexão. Cite-se, observando-se o art. 297 do CPC. Cumpra-se, com urgência. Diligências legais. [sic] (PORTO ALEGRE, 2013.)³

Com a novidade, recebida durante o ato, a manifestação transmutou-se em um verdadeiro festejo de rua. Milhares de pessoas compareceram mesmo sob a forte chuva e, motivadas pela vitória, seguiram em marcha pelas avenidas da cidade. No entanto, o final da manifestação acabou abreviado pela truculência da Brigada Militar. Na avenida Ipiranga, ao chegar próximo à sede do jornal Zero Hora, pertencente ao Grupo RBS de Comunicação, os manifestantes em marcha foram surpreendidos por uma barreira policial. Ao interromper a marcha, alguns sentaram-se no chão da avenida, outros entoavam palavras de ordem pedindo aos policiais que não houvesse violência. De modo geral, todos, de forma pacífica, aguardaram que, talvez, os policiais permitissem a continuidade da marcha. No entanto, o aparato repressor abriu fogo contra os manifestantes, disparando munição de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, dispersando o ato – o que tornou a se repetir em diversas passeatas que sucederam a essa, em graves demonstrações de repressão punitivista às demandas populares.

A Prefeitura de Porto Alegre, já acuada pela forte pressão popular, optou por não combater a decisão judicial que suspendia o reajuste tarifário, o que restou por consolidar a vitória – que, avaliando como partícipe dos movimentos, é impossível caracterizar como mera vitória jurídica; é inegável o papel exercido pelas manifestações na produção do resultado, e resta a convicção de que, sem as mobilizações, o triunfo judicial talvez sequer ocorresse.

Com a vitória em Porto Alegre, eclodiram diversos novos focos de manifestações em todo o país. Nos locais onde foram obtidos êxitos, a pauta foi-se diversificando e avançando. Na capital gaúcha, a demanda respectiva ao transporte

³ PORTO ALEGRE. 4ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central. Ação Cautelar 001/1.13.0079387-3. Autores: Pedro Luiz Fagundes Ruas e Fernanda Melchionna e Silva. Réus: EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação, Conselho Municipal de Transporte Urbano – COMTU e Município de Porto Alegre. Prolator: Juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara. Porto Alegre, 4 abril 2013.

público passou a ser por nova redução no valor das tarifas, pela transparência na documentação que embasa os reajustes e pelo passe livre para estudantes e desempregados. Ainda no mês de dezembro deste ano, protestos e atos públicos ainda ocorrem em diversas partes do país, fortemente marcados por recuos pontuais dos governos, pelo insistente discurso de criminalização dos manifestantes praticado pela mídia corporativa e por agentes estatais e pela recorrente violência policial na repressão e no constrangimento aos protestos.

3 A CRIMINALIZAÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO: SELETIVIDADE NO CONTROLE SOCIAL E CRIMINALIZAÇÃO MUDIÁTICA DO DIREITO DE RESISTÊNCIA

O sistema penal, segundo Zaffaroni e Pierangeli (2011, p. 69), é o controle social punitivo institucionalizado, desde a ocorrência de um delito, ou de sua suspeita, até a execução da pena. Trata-se de um mecanismo insuficiente ao pleno controle social, pois não há como proteger a todos os bens jurídicos ou punir a todos os delitos. O sistema carcerário não reúne as condições necessárias ao encarceramento de todos os delinquentes. Assim, a reação do sistema penal a esse problema leva à seletividade, como bem expende Salo de Carvalho:

[...] A primeira ofensa ao narcisismo penal seria a relativa ao ideal de eficiência no controle punitivo do delito e do desvio. A tradição do direito penal moderno foi a de conceber as agências que integram o sistema penal como idôneas e capazes de gerir o controle social através da repressão homogênea das condutas humanas criminalizadas.

No entanto, os estudos da etnometodologia e do internacionalismo simbólico relativos às cifras ocultas da criminalidade revelaram que apesar do poder criminalizador das agências penais, não há a mínima correspondência, no plano da eficácia, entre o processo de criminalização primária e o de criminalização secundária. Assim, existe inevitável diferença entre a seleção das condutas criminalizadas pelo Poder Legislativo (criminalização primária) e a efetiva atuação dos aparelhos repressivos na dissuasão de delitos praticados pelas pessoas vulneráveis à incidência do mecanismo penal.

A anamnese realizada pela criminologia evidencia, portanto, ser puramente retórico o discurso da reprodução igualitária da criminalização, pois apesar de estabelecidas universalmente (igualdade formal) as normas definidoras de ilícitos, a atuação das agências ocorre, invariavelmente, de forma seletiva (desigualdade material).

A cifra oculta da criminalidade corresponderia, pois, à lacuna existente entre a totalidade dos eventos criminalizados ocorridos em determinado tempo e local (criminalidade real) e as condutas que efetivamente são tratadas como delito pelos aparelhos de persecução criminal (criminalidade registrada). [...] (CARVALHO, 2013, p. 173-174).

Com efeito, o estudo da criminologia crítica evidencia e explora o problema da desigualdade do direito penal tal como o conhecemos – que é a origem, a mola propulsora da seletividade no processo de criminalização secundária – como discorre Alessandro Baratta ao delinear o objeto da crítica ao direito penal:

[...] Para o processo de criminalização, tomado no seu conjunto, a análise teórica e uma série inumerável de pesquisas empíricas conduziram a crítica do direito penal a resultados que podem ser condensados em três proposições. Estas constituem a negação radical do mito do direito penal

como direito igual, ou seja, do mito que está na base da ideologia penal da defesa social – hoje dominante. O mito da igualdade pode ser resumido nas seguintes proposições:

a) o direito penal protege igualmente todos os cidadãos contra ofensas aos bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos (princípio do interesse social e do delito natural);

b) a lei penal é igual para todos, ou seja, todos os autores de comportamentos antissociais e violadores de normas penalmente sancionadas têm iguais *chances* de tornar-se sujeitos, e com as mesmas consequências, do processo de criminalização (princípio da igualdade).

Exatamente opostas são as proposições em que se resumem os resultados da crítica:

a) o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário;

b) a lei penal não é igual para todos, o *status* de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos;

c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do *status* de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade.

A crítica se dirige, portanto, ao mito do direito penal como o direito igual por excelência. Ela mostra que o direito penal não é menos desigual do que os outros ramos do direito burguês, e que, contrariamente a toda aparência, é o direito desigual por excelência. (BARATTA, 2011, P. 162).

Nessa esteira, partindo da premissa da desigualdade de que se reveste o sistema penal, desvelam-se, a partir do estudo crítico do direito penal, sobre quais bens recai a proteção do controle social punitivo, bem como quais são os comportamentos delituosos abrangidos pelo *potestas puniendi* do Estado, como define Baratta:

No que se refere à seleção dos bens protegidos e dos comportamentos lesivos, o “caráter fragmentário” do direito penal perde a ingênua justificação baseada sobre a natureza das coisas ou sobre a idoneidade técnica de certas matérias, e não de outras, para ser objeto de controle penal. Estas justificações são uma ideologia que cobre o fato de que o direito penal tende a privilegiar os interesses das classes dominantes, e a imunizar do processo de criminalização comportamentos danosos típicos dos indivíduos a elas pertencentes, e ligados funcionalmente à existência da acumulação capitalista, e tende a dirigir o processo de criminalização, principalmente, para formas de desvio típicas das classes subalternas. Isto ocorre não somente com a escolha dos tipos de comportamentos descritos na lei, e com a diversa intensidade da ameaça penal, que frequentemente está em relação inversa com a danosidade social dos comportamentos, mas com a própria formulação técnica dos tipos legais. Quando se dirigem a comportamentos típicos dos indivíduos pertencentes às classes subalternas, e que contradizem às relações de produção e de distribuição capitalistas, eles formam uma rede muito fina, enquanto a rede é frequentemente muito larga quando os tipos legais têm por objeto a criminalidade econômica, e outras formas de criminalidade típicas dos indivíduos pertencentes às classes do poder.

Os mecanismos da criminalização secundária acentuam ainda mais o caráter seletivo do direito penal. No que se refere à seleção dos indivíduos, o paradigma mais eficaz para a sistematização dos dados da observação é

o que assume como variável independente a posição ocupada pelos indivíduos na escala social.

As maiores *chances* de ser selecionado para fazer parte da “população criminosa” aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos da escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixo, e que na criminologia positivista e em boa parte da criminologia *liberal* contemporânea são indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o *status* de criminoso é atribuído. (BARATTA, 2011, p. 165).

Nessa mesma linha, também discorre Salo de Carvalho:

Ocorre que a exposição das cifras ocultas não se limita a revelar que a regra da repressão ao crime é a impunidade e que o sistema punitivo opera nos resíduos. A criminologia demonstra que a espécie de delito que mais caracteriza as cifras ocultas é denominado *white collar crimes*, ou seja, os crimes praticados pelas pessoas que não se enquadram no biótipo ideal de *homo criminalis* construído pelas escolas etiológicas. E não apenas este tipo de ator de crime não aparece nas estatísticas em decorrência do seu baixo grau de vulnerabilidade, como não apresenta os traços de degenerescência próprios das pessoas que, por regressão atávica, revivem o selvagem da primeira natureza do homem e, por determinação causal, praticam crimes. (CARVALHO, 2013, p. 177).

Destarte, quem resta abrangido pelo controle social punitivo não necessariamente é aquele que mais delinque, mas com toda certeza é aquele mais criminalizado pela parcela da sociedade que, em maior ou menor grau, rege o sistema penal – notadamente, as classes socioeconomicamente dominantes, que detêm os meios de produção e mantêm o controle do Estado sob sua influência. Nessa mesma linha também argumentam Charlise Paula Colet Gimenez e Viviane Teixeira Dotto Coitinho:

O sistema penal atua de forma desigual na medida em que aplica a lei a determinados sujeitos, independentemente do dano social de suas ações e da gravidade da infração cometida. Por isso, afirma-se que a criminalidade decorre da reação social ao fato delituoso, consistindo em uma etiqueta atribuída a determinado grupo social por meio de processos de definição e seleção incentivados pelos meios de comunicação de massa, que o fazem por meio da estatística criminal.

Desta forma, a criminalidade tem natureza social e definitorial, acentuando seu papel no controle social e na sua construção seletiva, direcionando a investigação das “causas” do crime para a reação social da conduta desviada. Percebe-se, assim, uma inversão da análise criminológica ao considerarem-se as características pessoais daquele que comete o delito como determinante da periculosidade do mesmo e da sua criminalização, motivo pelo qual se atribui o caráter criminal a determinadas condutas, selecionando-se alguns sujeitos sociais, estigmatizando-os como criminosos devido às características socioeconômicas que possuem.

Traduz-se, assim, o Direito Penal, auxiliado pela mídia oficial e pela estatística criminal, em um instrumento de controle, utilizando-se das agências estatais para a manutenção do processo de acumulação de riquezas e concentração de poder nas mãos da classe dominante, reproduzindo a estrutura social desigual carregada de elementos estigmatizadores e excludentes das classes mais baixas. Portanto, a criminalidade tem natureza social e definitorial, acentuando seu papel no controle social e na sua construção seletiva, direcionando a investigação das “causas” do crime para a reação social da conduta desviada destacada pelo papel exercido pelos meios de comunicação de massa mediante o uso da estatística criminal (2012, p. 1-2).

Assim, o controle social punitivo é exercido sobre aqueles delitos eleitos pelos mecanismos de criminalização regidos pelas elites dominantes. Nessa lógica, a lei penal pune as classes oprimidas que, diante de sua própria vulnerabilidade social, praticam delitos – ao mesmo tempo em que protege da criminalização os detentores do poder, de forma que a norma acaba por não proteger bens jurídicos necessariamente importantes ao corpo social, mas aqueles do interesse das classes dominantes no cenário político. Traduz-se, assim, o direito penal, em instrumento e método ideológico, informal, de controle social, elegendo os agentes e os delitos que serão por ele abrangidos, em contraste com a leniência do controle social punitivo, por exemplo, com os chamados “crimes de colarinho branco”. Como resultado, resta evidenciado o caráter eminentemente ideológico da seletividade do sistema penal, que acaba por se constituir em uma das várias facetas da disputa do poder político na sociedade.

É importante frisar, no entanto, que o corpo social, o conjunto da sociedade, não permanece completamente alheio ao processo de criminalização conduzido pelas classes dominantes. A elite político-econômica trabalha no convencimento da sociedade, exercendo sobre ela sua influência político-ideológica no intuito de criar um clima de aceitação da política criminal. Nessa tarefa, as classes dominantes fazem uso dos meios que possuem sob seu controle, dos quais o mais eficaz é a mídia corporativa, que possui o mais pleno alcance a todas as classes da sociedade, traduzindo-se em poderoso instrumento de propaganda da manutenção do *status quo* sociopolítico.

Nessa esteira, Fernanda Bella Romanhol discorre sobre o problema da influência exercida pela mídia sobre o sistema penal, atuando no convencimento da sociedade, ocasionando pressão política não apenas sobre a criminalização secundária, mas também no processo de criminalização primária:

É possível afirmar que a maneira doentia da mídia nacional alimentar os fatos ocorridos na sociedade, acaba por influir de forma negativa na apuração destes pelas autoridades constituídas. Acabando por destruir reputações, pessoas, famílias ou grupos de pessoas que podem, na verdade, nada ter a ver com o fato.

Ao longo dos anos, várias teorias foram utilizadas para explicar a maneira que a mídia influencia a vida da sociedade, dentre elas foram citadas a Teoria Hipodérmica, Teoria da Persuasão e a Teoria do Agendamento. Além das teorias midiáticas, outra grande teoria foi utilizada – Teoria Tridimensional do Direito – onde Miguel Reale explica o fenômeno jurídico composto de fato, valor e norma. Nota-se que tal teoria foi estudada com base na valoração que os meios de comunicação dão a tal fato, fazendo-os “transformarem” ou não em uma norma jurídica. Logo após, observa-se como o jornalismo vem contribuindo para a legitimação do sistema penal, difundindo valores que buscam segregar determinadas parcelas da população, além de incitar o aumento da repressão penal.

Aliado a tudo isso, a mídia cumpre, ainda, o papel intensificador dos sentimentos de medo e insegurança que relegitam o sistema penal. Isso ocorre com a divulgação de discursos que incitam à punição. Outra forma de auxiliar na intensificação do sistema penal consiste na aniquilação conceitual dos direitos e garantias fundamentais de suspeitos, acusados e condenados.

[...] o legislador pressionado não resiste e acaba por criar novas e, na maioria das vezes, desnecessárias leis. Invoca-se o direito penal como instrumento para soluções de problemas, mas sabe-se que seu uso recorrente não soluciona coisa alguma (ROMANHOL, 2010, p. 46).

A sociedade sofre influências do meio em que se situa, em especial da propaganda midiática; a mídia exerce o papel de criar uma agenda política para a sociedade, no fomento da criação de um senso comum no ideário popular, de modo a legitimar e fortalecer a posição política das classes dominantes e o *status quo*. Assim, a mídia exerce um papel de instância informal de controle social, como delineia Judson Pereira de Almeida:

A mídia, como instância informal de controle social, acaba por se tornar uma caixa de ressonância da instância formal, ou seja, do Direito Penal. Esta ressonância se apresenta, na maioria dos casos, distorcida pelo que já expomos supra. Aí cria-se um ciclo, que podemos assim estabelecer: Direito Penal (instância formal onde as regras são estabelecidas) ” crime (burla da regra penal) ” meios de comunicação (instância informal que interpreta e, não poucas vezes, deturpa o funcionamento do sistema formal de controle e a desobediência às suas regras) ” sociedade (onde os efeitos das duas instâncias de controles são sentidos, e onde nasce o sentimento de medo e insegurança) ” legislador (recebe a influência da sociedade que clama por modificações no ordenamento jurídico)” Direito Penal (modificado com base no clamor popular provocado pelo crime e suscitado pela mídia). Pelo exposto no parágrafo anterior, entendemos que a mídia é um dos elementos que contribuem para a criação de normas penais, na medida que desperta o clamor público e este pressiona os legisladores. [...]

Nesta perspectiva de elemento influenciador da opinião pública, a mídia tem dado força a uma corrente de pensamento que clama pela maximização do Direito Penal. Para o movimento “lei e ordem” é preciso reforçar a repressão à delinquência e endurecer as sanções penais e os sistemas punitivos. O tolerância zero, política implantada em Nova York, na década de 1990 como

tentativa de conter a criminalidade naquela metrópole, é a expressão maior da política lei e ordem. A delinquência, inclusive aquela relacionada com pequenos delitos de caráter patrimonial, foi combatida de forma implacável, o que resultou em milhares de negros e pessoas de baixo poder aquisitivo atrás das grades. Como dito alhures, é a política que tenta expurgar do sistema social os que não se adequam à lógica do capitalismo. [sic] (ALMEIDA, 2007, p. 34-35)

Com efeito, o direito penal por vezes tipifica delitos e criminaliza condutas, não necessariamente em atendimento a uma demanda social, mas na imposição de uma demanda das classes dominantes, que controlam a mídia e por meio dela exercem influência sobre a opinião pública. Assim, a eleição do que deve ou não ser criminalizado comumente se dá não por vontade livre emanada do seio do povo, mas como resultado da indução a que o meio o conduz. A mídia, portanto, exerce um fortíssimo papel incentivador na “escolha” social, ou do legislador, sobre o que é e o que não é socialmente reprovável a ponto de ser tipificado ou reprimido. Conseqüentemente, dessa forma a elite político-econômica é que mantém sob seu controle as rédeas do sistema penal, conduzindo o processo de criminalização e definindo quem será abrangido pelo sistema carcerário. Corroborando essa tese, argumenta o eminente Juarez Cirino dos Santos:

De fato, hoje vivemos uma era de intenso populismo penal, promovido e estimulado pelos meios de comunicação de massa, que condicionam e deformam a opinião pública com a ideia falsa de que os problemas sociais podem ser resolvidos com penas criminais – e não com políticas públicas que promovam os direitos fundamentais da população oprimida e reprimida da periferia. O resultado é o clamor punitivo dos segmentos mais massacrados e embrutecidos da população, que desconhecem a origem de sua vida de miséria e privação, mas votam em políticos oportunistas e demagogos que prometem mais penas, mais polícia, mais prisões – e exigem mais dureza e maior celeridade do Sistema de Justiça Criminal. Assim, a ideologia punitiva toma conta dos poderes Executivo e Legislativo, e encontra eco no Judiciário, cada vez mais aturdido por discursos repressivos de todos os lados. (CIRINO, Juarez, 2012, s/p)

Essa prática, que não só é aplicada ao direito penal, mas é implementada na busca de impor regras gerais de pensamento e conduta à sociedade, representa, em última análise, uma tentativa de supressão do comportamento desviante como parte estranha ao pretense e aparente “consenso” da sociedade. Jacques Rancière, ao evidenciar essa supressão, aponta que, por vezes, o resultado dessa prática é a revolta política e a radicalização da parcela da sociedade que resta marginalizada como fruto desse processo:

O consenso quer suprimir a política, seu povo e seus litígios arcaicos. Quer substituí-los pela população, suas partes e os simples problemas de repartição dos esforços e das riquezas. Mas o povo político e seu litígio não desaparecem sem resto. Quando se quer suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida, vê-se aparecer em seu lugar um outro povo, mais antigo, mais intratável, o povo da etnia que se declara incompatível com a etnia vizinha. Quando se quer substituir a condução política dos litígios pelo tratamento gestor dos problemas, vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como puro ódio do outro (RANCIÈRE, 1996, p. 380).

Não obstante, essa provocada diferenciação entre o comportamento “consensual” e a conduta dita desviante recebe guarida e é alimentada também no sistema penal. Sérgio Salomão Shecaira, ao abordar a criminologia crítica, expõe essa analogia ao abordar rediscussão sobre o Direito Penal do Inimigo na teoria crítica do direito penal:

O *hostis*, inimigo ou estranho nunca desapareceu da realidade operativa do poder punitivo nem da teoria jurídico-penal. Recentemente, no entanto, com toda a discussão havida em torno do “Direito Penal do Inimigo”, [...] o tema passa a ser revisitado. As concepções expansionistas do direito penal apontam para um tipo de pensamento que direciona a bateria punitiva quer para o estrangeiro, quer para o estranho (cujo conceito nos leva à ideia do *outsider*). Pondere-se que a concepção de inimigo, embora esteja em grande evidência nos dias que correm, já fazia parte da crítica abolicionista ao sistema de controle. No entanto, com a categorização jurídica do inimigo há uma verdadeira retomada desse pensamento (SHECAIRA, 2013. p. 304).

Em especial, esse é o tratamento ofertado pela mídia brasileira ao abordar movimentos de insurgência popular, como ações de movimentos de trabalhadores sem-terra ou sem-teto, determinadas greves, ou, no caso dos protestos das Jornadas de Junho, criando um cenário onde, via de regra, os partícipes dos movimentos sociais são tratados como baderneiros, bagunceiros – desviantes –, que atrapalham o trânsito e a vida dos “cidadãos de bem”, que vivem sob o “consenso” das regras de conduta, criado pelas classes dominantes.

No contexto das insurreições populares, o triunfo das demandas representam uma derrota, em maior ou menor grau, das classes dominantes que detêm o poder político e exercem o controle do Estado. Assim, são eles os maiores interessados na manutenção do *status quo* e, portanto, os verdadeiros rivais da população insurgente.

Destarte, a mídia costumeiramente trata os movimentos sociais, insurreições, revoltas e protestos etiquetando seus partícipes e dando foco maior a eventuais

intercorrências violentas do que às demandas que os motivam. Os governos, por mais das vezes, cumprem ao atendimento da agenda política das grandes corporações – agenda essa propagada por meio da mídia corporativa – ao mesmo tempo reproduzindo-a, fomentando a criminalização do direito de resistência.

Veja-se, no caso do tratamento dado à demanda popular contra o reajuste nas tarifas de ônibus durante as Jornadas de Junho, a clara defesa aos agentes governamentais e aos argumentos dos empresários do transporte público, largamente difundidos pela mídia, e em especial evidenciando o claro conluio com os governos locais com a política de repressão às demandas sociais, conforme já visto no farto aporte de conteúdo jornalístico contido no presente trabalho.

No entanto, em que pese o discurso midiático vise a criminalizar as manifestações, impende ressaltar que a insurreição popular, ainda que gere danos com atos de depredação, está incursa no direito de resistência garantido pelo ordenamento, conforme conceituado por José Carlos Buzanello em sua obra sobre o tema:

Os conceitos de direito de resistência são variados, tanto que é um “direito atípico”, que escapa aos arquétipos conhecidos do ordenamento jurídico e que não há necessidade da outorga do Estado, pois é um Direito que não consta da respectiva tipologia ou, de outra forma, é um direito fundamental que não se encontra constitucionalmente registrado através da sua especificação. Esse direito de resistência, ainda que atípico, pertence à teoria constitucional e, assim sendo, não se pode desvalorizar o fenômeno da resistência porque não se coaduna com os arquétipos jurídicos.

[...] O direito de resistência, como direito secundário, supõe que seu exercício está em favor do gozo de um direito primário como a vida, a dignidade humana, a propriedade. Ele somente se justifica no caso do descumprimento de algum direito primário, tanto que opera quase sempre de forma sinônima a direito de defesa. Desta forma, os elementos balizadores do conceito operacional do direito de resistência se estabelecem em duas variáveis, uma política e outra jurídica, respectivamente: a) o direito de resistência é a capacidade de as pessoas ou os grupos sociais se recusarem a cumprir determinada obrigação jurídica, fundada em razões jurídicas, políticas ou morais; b) o direito de resistência é uma realidade constitucional em que são qualificados gestos que indicam enfrentamento, por ação ou omissão, do ato injusto das normas jurídicas, do governante, do regime político e também de terceiros.

A estrutura conceitual usa o critério político, de natureza genérica, e o jurídico, de natureza restrita, mas se, de forma restrita, o direito de resistência fosse conceituado apenas numa perspectiva jurídica afastar-se-ia por completo sua dinâmica política e vice-versa. Da mesma forma, não se pode reduzir a resistência à permanente reação da sociedade “contra” o Estado, pois ela pode apresentar-se com certa aproximação com o Estado, haja vista a modalidade de objeção de consciência militar, ou o Estado contra órgão do Estado, como vimos recentemente no conflito federativo entre a União Federal e os governadores de estado.

Essa construção conceitual do direito de resistência necessita de uma aproximação com outros conceitos e institutos jurídicos extraídos da própria

ordem constitucional. Os critérios políticos e jurídicos são constitucionais, mas tentar clarificar esses critérios implica a interrogação em que perspectiva é analisada. Não quer dizer que esses conceitos operacionais sejam absolutos e que não permitam suscitar dúvidas, principalmente nas modalidades de resistência em que não fica clara a sua admissibilidade constitucional (direito à revolução).

A determinação material dos conceitos enfatiza critérios que possibilitam formular aspectos gerais (políticos) e específicos (jurídicos) que permitem aduzir que: a) ambas admitem a ampliação teórica do fenômeno da resistência, independentemente do ordenamento jurídico; b) os elementos conceituais se apresentam formalmente dependentes dos demais direitos e garantias constitucionais, pois não possuem autonomia específica relativamente ao ordenamento jurídico; c) quando reconhecido o direito de resistência, do ponto de vista material, significa um reforço das garantias fundamentais que não permitem a dissolução da sociedade (John Locke); d) quando a resistência for institucionalizada sua efetividade fica reforçada, assegurando, desse modo, não só sua substância como também sua defesa contra modificações ilegítimas que visem à dissolução do Estado, temor maior de Thomas Hobbes. [sic] (BUZANELLO, 2001, P. 15-17)

Buzanello divide, ainda, o direito de resistência em cinco modalidades, quais sejam: objeção de consciência, greve política, desobediência civil, direito à revolução e autodeterminação dos povos. Vejamos a conceituação específica que Buzanello oferece às modalidades que identificamos nas Jornadas de Junho – desobediência civil e direito à revolução:

A desobediência civil deve ser entendida como um mecanismo indireto de participação da sociedade, já que não conta com suficientes canais participativos junto às esferas do Estado, que precisaria deles para poder presentear-se como ente político legítimo. O problema da desobediência civil tem um conteúdo simbólico que geralmente se orienta para a deslegitimação da autoridade pública ou de uma lei, como a perturbação do funcionamento de uma instituição, a fim de atingir as pessoas situadas em seus centros de decisão.

A desobediência civil apresenta-se com as seguintes características marcantes: a) é uma forma particularizada de resistência e qualifica-se na ação pública, simbólica e ético-normativa; b) manifesta-se de forma coletiva e pela ação “não-violenta”; c) quer demonstrar a injustiça da lei ou do ato governamental mediante ações de grupos de pressão junto aos órgãos de decisão do Estado; d) visa à reforma jurídica e política do Estado, não sendo mais do que uma contribuição ao sistema político ou uma proposta para o aperfeiçoamento jurídico. Propõe apenas a negação de uma parte da ordem jurídica, ao pedir a reforma ou a revogação de um ato oficial mediante ações de mobilização pública dos grupos de pressão junto aos órgãos de decisão do Estado.

[...]

O povo tem o direito à revolução para esmagar as tiranias que espezinham suas liberdades, nem que ela seja exercida com extrema violência. Negar-lhe esse direito seria desconhecer o direito à dignidade humana. O povo defende pela força seus direitos fundamentais agredidos, pois se encontra na condição-limite de sobrevivência política. Não se fabricam revoluções, pois é um processo histórico próprio em movimento, no qual os pressupostos emocionais e de racionalidade se prendem uns aos outros, sendo o “presente” compreendido à luz do passado e do futuro (ibid, p. 17-20).

Marcadamente, durante as Jornadas de Junho, o povo foi às ruas no livre exercício do direito de resistência. Em clássico exemplo de desobediência civil, os partícipes ocuparam ruas, praças, prédios públicos, contra medidas dos governos, em manifestações pacíficas. Além disso, segundo relatos dos partícipes – inclusive deste acadêmico, que participou de boa parte das manifestações ocorridas em Porto Alegre –, as ações de depredação ao patrimônio público e privado, ou mesmo a agentes do aparato repressor, notadamente, ocorriam após abusos e arbitrariedades cometidos. Corroboram os relatos o editorial da edição de agosto do Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais do mês de agosto, tratando da repressão a mobilizações ocorridas em São Paulo:

Os últimos meses foram históricos. Marcados pelos protestos contra o aumento da tarifa dos transportes públicos comandados pelo Movimento Passe Livre inicialmente em São Paulo, as quatro primeiras manifestações - especialmente a quarta, realizada em 13.06.2013 - foram caracterizadas pela truculência e violência da Polícia Militar ao, supostamente, tentar conter os manifestantes. Se inicialmente a imprensa se limitou a noticiar que "*vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP*" (*Folha de S. Paulo*, 07.06.2013), ao longo da primeira semana ficou evidente a falta de habilidade do Estado para lidar com o exercício legítimo dos direitos de reunião e livre manifestação, apoiando-se na repressão policial como forma de "conter" - se é que algo precisava ser contido - os manifestantes, o que fez o mesmo jornal noticiar em 14.06.2013 que a "*Polícia reage com violência a protestos e SP vive noite de caos*".

Aquela *noite de caos* acabou com a condução a Delegacias de Polícia paulistas de, pelo menos, 232 pessoas, sendo que, ao final, 4 ficaram detidas. Todas as demais foram levadas para pretensa "averiguação", atitude que viola frontalmente a Constituição Federal, que determina que apenas pode haver prisão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de um Juiz. A tal prisão para "averiguação", amplamente utilizada em regimes autoritários, foi há tempos banida de nossa legislação e constitui hoje verdadeiro abuso de autoridade. Sua utilização é apenas forma de demonstrar simbolicamente a força do Estado que, ao contrário do que quis fazer crer o Governador, não deveria assentar-se na truculência, mas sim no respeito aos direitos e liberdades fundamentais de todos.

Embora os abusos praticados pela Polícia Militar ao conduzir pessoas aleatoriamente para delegacias sejam mais visíveis, tampouco é possível ignorar a atuação da Polícia Civil que, ao lavrar autos de prisão por formação de quadrilha - delito que exige que um grupo determinado de indivíduos se reúna de forma estável e permanente para praticar crimes - envolvendo pessoas que nunca se haviam visto antes, também violou frontalmente princípios basilares do direito. Tal prática esconde ainda o perverso anseio de manter os manifestantes privados de liberdade por mais tempo, já que a real função de autuar as pessoas por este crime é impedir a possibilidade de fixação e pagamento de fiança ainda na Delegacia de Polícia.

Dentre os diversos abusos cometidos, sem dúvida a imagem da jornalista que teve seu olho atingido por tiros de arma de borracha, o que lhe custou 15 pontos no rosto, é chocante, mas também nos faz pensar: se em um ato com ampla cobertura da imprensa a Polícia Militar não hesitou em praticar

tal violência, como reage às manifestações, bailes *funks* e saraus realizados na periferia, cujos habitantes são, também, os maiores prejudicados pela baixa qualidade e altos preços do transporte público?

"*Que coincidência, sem a polícia, não tem violência!*", gritaram os mais de 100 mil manifestantes ao lotar as ruas de São Paulo na segunda-feira, dia 17 de junho. De fato, após a população se comover com as cenas de horror desfiladas em plena Avenida Paulista pela PM no dia 13, a Secretaria de Segurança Pública pareceu ter retomado as rédeas da corporação. Nisso, seu caráter estritamente hierárquico obteve resultado: o contingente de policiais nas ruas se resumiu a - como deve ser - assistir a manifestação, agir quando algum crime ocorresse e respeitar os direitos constitucionais dos cidadãos envolvidos, sem qualquer atitude com vistas a reprimi-los. Se o controle hierárquico foi suficiente para evitar abusos, é preciso refletir sobre as responsabilidades, em alto escalão, pelas barbaridades cometidas antes da alvissareira mudança de postura da PM paulista. (AS MANIFESTAÇÕES..., 2013)

Não raro, ocorriam prisões abusivas e casos de violência policial, amplamente divulgados nas redes sociais e pela chamada mídia independente. Destarte, resta configurado, no contra-ataque efetuado pelos manifestantes, o direito à revolução, na forma conceituada por Buzanello, não havendo falar em vandalismo, lesão corporal ou mesmo formação de quadrilha, conforme o discurso da mídia corporativa dominada pela elite, como veremos mais adiante, mas em legítimo direito de resistência às arbitrariedades, aos flagrantes abusos cometidos pelo poder público. Nessa linha, também argumentam André Luiz Augusto da Silva e Denildes Amaro da Silva:

Ora, se estamos tratando de forma crítica a interfluência óbvia da ideologia política-social na contextualização de execução penal, nos parece também óbvio o surgimento de elementos de contraposição e até mesmo de resistência [...]. Não só o fato do tratamento, como referido anteriormente, mas o descumprimento da própria norma por parte do Estado, quando este justifica exatamente através do descumprimento da norma a condução de pessoas ao cárcere. [*sic*] (SILVA A.; SILVA D., 2009, p. 3).

Não obstante, durante todo o processo de mobilização no Brasil em 2013, foi marcante o papel da mídia na criminalização do exercício do direito de resistência – seja no tocante à desobediência civil, seja no que concerne ao direito à revolução, mas especialmente em razão deste. No contexto do levante porto-alegrense, foi possível observar uma clara tentativa de exercício de controle social por meio do discurso editorial apresentado pelos grandes conglomerados midiáticos do Rio Grande do Sul.

Se, durante as fases mais embrionárias da insurreição de 2013, os meios de comunicação de massa pouco ou nada noticiaram a respeito dos protestos mais

tímidos ocorridos no início do ano, com o crescimento das manifestações os grandes veículos de comunicação não puderam silenciar.

Com o episódio de 27 de março, quando houve danos ao prédio da Prefeitura de Porto Alegre e uma suposta agressão ao Secretário César Busatto (PROTESTO POR, 2013), teve início uma ampla campanha midiática no sentido de procurar deslegitimar as manifestações, em uma clara tentativa de exercício de hegemonia social protagonizado pela grande mídia corporativa. A linha editorial dos grandes veículos limitou-se a alinhar seu discurso com o prefeito Fortunati, que justificava a necessidade do reajuste tarifário por conta das isenções garantidas a estudantes e idosos, e a buscar criminalizar os protestos ao dar amplo enfoque a depredações e supostas agressões cometidas por partícipes dos protestos, criminalizando-os e deixando em último plano o mote reivindicatório, ou mesmo o contexto de ilegalidades que cercavam os reajustes tarifários praticados, como é possível depreender a partir da transcrição da intervenção do comunicador Lasier Martins durante o programa televisivo *Jornal do Almoço*, da RBS TV:

Protestar é uma coisa, agora destruir, atacar, quebrar...aí é coisa de vândalo, é crime de dano qualificado...autorizaria até uma prisão e um Presídio Central ontem, pelo menos uma noite. A Prefeitura está explicando, já há dois ou três dias, o preço é caro. Três virgula cinco, a tarifa da passagem. Tem um detalhe que pouca gente tá levando em conta: trinta e três por cento dos usuários de ônibus em Porto Alegre não pagam. Isto é uma pessoa em cada quatro, aí encarece para aqueles que pagam. Por outro lado, a Prefeitura vem anunciando as licitações para novos operadores do transporte coletivo, que vão trazer novas propostas, talvez aí preços mais módicos...e também para instituição dos BRTs, o transporte rápido, que aí vai modificar também o panorama e também o preço das passagens. [...] O ano que vem vai ser outra história, outra coisa, a implantação dos BRTs. Agora, o que houve ontem, ao fim da tarde, em Porto Alegre, foi continuação da segunda-feira, quando bloquearam a avenida Ipiranga, com prejuízo a muita gente que saía do trabalho, que queria ir pra casa. O que houve ontem [...] foi uma anarquia da pior espécie, com algumas figurinhas carimbadas que estão sempre presentes nessas balbúrdias. Gente que inclusive se identifica com partidos e ideologias. Agora é de se perguntar: será que, com aquilo que simpatizam, por exemplo em Cuba, fariam coisa igual? Levariam muita paulada pelo lombo, e uma cadeia, provavelmente. Agora, aqui não: aqui destruíram, depredaram. Nós vimos há pouco, agora em seguida vamos rever de novo aí, o que fizeram com as motos dos guardas municipais. Simplesmente destruíram, tem que comprar novas. A porta da Prefeitura, que é uma relíquia artística...aliás, o próprio prédio da prefeitura de Porto Alegre é um orgulho porto-alegrense, arquitetonicamente é um dos mais belos prédios de Porto Alegre. Teve os vidros dos seus janelões destruídos, pichações nas paredes, a porta da prefeitura foi perfurada por pontas de ferro...então, quanta destruição aconteceu. Agora, será que serão punidos? Olha, duvido muito. Tem um sujeito, esse aí, bermudão e camisa vermelha, esse tá enlouquecido, é um furioso, vejam o que ele tá fazendo, será que não vai acontecer nada com ele? Perfeitamente identificado. E ele volta depois, e continua batendo nas

motos dos guardas municipais, e ainda olhando pra ver se tá sendo filmado. Esse e mais alguns. E agora tão prometendo reprise pra semana que vem. Será que a polícia e a Brigada vão deixar? Olha, isso não pode continuar, não. E na semana do aniversário de Porto Alegre. Que noção, qual é a sensibilidade dessa gente? Não é assim que se protesta, não é assim. O Busatto tem razão, o Busatto foi todo manchado de tinta vermelha. Não houve nenhum momento de possibilidade de diálogo, e vimos que muita gente estava ali com máscaras, máscaras pretas. Quer dizer, covardões, não querendo ser identificados. Mas eu acho que a polícia tem muito o que fazer, e é nessa expectativa que nós vamos ficar: o que a polícia vai fazer em razão desse verdadeiro crime que cometeram contra o patrimônio público, a prefeitura de Porto Alegre. Sem falar na obstrução de trânsito, mas o que aconteceu ontem à noite, com um dos prédios mais bonitos, mais importantes de Porto Alegre, [...] um símbolo de Porto Alegre, dessa maneira foi atingido. Aguardemos para ver as providências. [sic] (JORNAL DO ALMOÇO, 2013⁴).

A tônica do discurso do comunicador ao dirigir-se à sociedade por meio do programa televisivo tem claro enfoque criminalizador da conduta dos revoltosos, com uma fala que apenas inicia tratando em concreto do mérito da reivindicação – rechaçando-a com base nos argumentos do governo municipal – para então passar a discorrer longamente sobre depredações e supostos abusos cometidos pelos partícipes do ato, conclamando o aparato policial a prender os manifestantes e a reprimir futuros atos do Bloco de Lutas. No mesmo dia, o prefeito José Fortunati concedeu entrevista à imprensa, tratando do caso de forma muito similar:

O prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, condenou nesta quinta-feira (28) a manifestação contra o aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre. Em entrevista à Rádio Guaíba, ele classificou os manifestantes de “baderneiros” e afirmou que eles premeditaram a confusão. “Democracia significa livre manifestação. Não significa agressão. Não significa guerra. Não significa a baderna e a bagunça que foi realizada”, disse de forma incisiva.

Segundo Fortunati, os manifestantes são ligados a partidos políticos “mais do que conhecidos”. Ele informou que irá entregar para a Polícia Civil imagens captadas pelo Centro Integrado de Comando (Ceic) em momentos que revelam uma ação de “baderneiros”.

O prefeito disse ainda que é favorável às manifestações, mas contrário ao uso de pedras, paus, tintas e materiais do tipo. No manifesto de ontem, o secretário municipal de Governança, César Busatto (PMDB) foi atingido por tinta vermelha jogada pelos ativistas.

Fortunati afirmou também que o valor da passagem não é o ideal, mas é o que a legislação prevê. “A população não reclama de outros aumentos, como o quilo do feijão, que subiu 50% em 2012”, comparou.

[...]

⁴ Lasier Martins fala sobre protesto realizado ontem em frente à Prefeitura de Porto Alegre. **Jornal do Almoço**. Porto Alegre. RBS TV. 28 março 2013. Programa de TV. 4 minutos, 28 segundos. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rbs-rs/jornal-do-almoco/v/lasier-martins-fala-sobre-protesto-realizado-ontem-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre/2485857/>> Acesso em: 4 agosto 2013

À Zero Hora Fortunati fez um apelo a população: “Convoco os cidadãos de bem a se indignar com esse ato, pois hoje eles estão agredindo pessoas e a prefeitura, mas amanhã eles podem estar incendiando os ônibus e isso não terá mais fim”.

O Prefeito ainda anunciou na tarde desta quarta-feira que irá apresentar notícia-crime ao Ministério Público Estadual (MPE) para investigar os danos “ao patrimônio público, histórico e cultural” causados pelos protestos de ontem. A Prefeitura caracterizou os atos como “vandalismo” e acrescentou que as agressões físicas ao secretário Cezar Busatto e a servidores municipais também serão denunciadas.

Fortunati e o procurador-geral do município, João Batista Linck Figueira, foram ao MPE às 15h para entregar os documentos. “A ação é movida por três frentes: dano ao patrimônio público, dano ao patrimônio histórico e cultural e dano físico. Além disso, é também uma quebra de regra do bom convívio entre as pessoas. Este ato causou um prejuízo material e moral a Porto Alegre”, disse Figueira.

A ocorrência também já foi registrada na Polícia Civil, “para que os agressores e líderes dos manifestantes sejam responsabilizados”, noticiou a Prefeitura [...] [sic] (JOSÉ..., 2013)

O prefeito exerce uma abordagem muito similar ao discurso contido na linha político-editorial da mídia ao qualificar como baderna e agressão os atos de resistência dos insurgentes, fomentando a criminalização da conduta. Além disso, resta claro, no apelo que faz aos ditos “cidadãos de bem”, o discurso de exclusão dos manifestantes da ideia de “consenso” social, marginalizando-os na opinião pública e reforçando no ideário social a crença de que ir às ruas era algo realmente passível de violência policial e encarceramento, por vezes maquiando a realidade para atender aos interesses defendidos. Nessa mesma linha, o jornalista Alexandre Haubrich, ativista da chamada mídia independente, também denuncia:

As manifestações contra o aumento das passagens do transporte coletivo em Porto Alegre tiveram início em janeiro, com pouca ou nenhuma cobertura da mídia dominante. Desde quarta-feira passado, 27 de março, porém, os protestos ganharam corpo e força, e esses setores da mídia que antes os ignoraram tiveram que falar a respeito. No dia 28 alguns manifestantes quebraram vidraças da Prefeitura, enquanto a Brigada Militar usou de truculência para contê-los, resultando ferido na cabeça um manifestante. A velha mídia, que durante a campanha eleitoral deu grande espaço ao prefeito reeleito, José Fortunati, atacou os manifestantes. O destaque foi todo para as “depredações” e a tinta jogada no secretário de Governança da Prefeitura e ex chefe da Casa Civil do governo Yeda Crusius, César Busatto.

Desde o dia 28 até esta terça-feira 2 de abril, dia seguinte à manifestação posterior – que reuniu mais de cinco mil pessoas – o jornal Zero Hora não falou sobre o assunto apenas no sábado. E o muito que falou oscilou entre o silêncio cúmplice sobre a violência policial e financeira contra a população e os gritos histéricos que tentaram causar medo em quem pretendia juntar-se aos protestos e fazer com que os porto-alegrenses ficassem contra o movimento. Está abaixo, em imagens, toda a cobertura de Zero Hora durante esses dias, de 28 de março a 2 de abril, e esse material é a demonstração bem acabada de um total desrespeito ao direito de manifestação e uma defesa intransigente de um prefeito que tem

adotado uma política de confronto com a sociedade organizada e com os movimentos sociais tradicionais ou não.

28 de março

Na capa, “Depredação”, com a linha de apoio “Em protesto contra a passagem de ônibus mais cara, ativistas picharam prédio da prefeitura da Capital. Secretário de Governança, César Busatto, foi alvo de tinta”. As fotos mostram um vidro destruído e Busatto sujo de tinta. Na cobertura ficou claro que nem os repórteres nem os fotógrafos estavam presentes no momento do ato. A colunista Rosane de Oliveira chamou de “abusivos” os protestos, e a matéria nas páginas internas teve por título “Pedras e baderna na Capital”, utilizando-se de uma expressão usada sempre pelas parcelas mais conservadoras da sociedade.

29 de março

No dia 29, Rosane de Oliveira começou a preparar o clima belicoso que poderia afastar novos participantes dos protestos e colocar a população contra os manifestantes. “Riscos de um novo confronto” foi o título de sua coluna, e em notas secundárias fez uma defesa velada de Busatto, o apresentando como um senhor simpático que por coincidência envolve-se em problemas com manifestantes...

Enquanto isso, o editorial de Zero Hora falou em “Limite ultrapassado” e a matéria a respeito do preço das passagens começou a montar a imagem de prefeito conciliador para Fortunati. As duas facetas do mesmo discurso seguiriam ao longo dos dias seguintes: medo dos manifestantes raivosos e simpatia ao prefeito conciliador.

31 de março

Segue a tentativa de criar medo: “Ameaça à integridade” é o título de uma nota na coluna de Rosane de Oliveira. Na nota abaixo, “Ação entre amigos”, a colunista destaca mobilização de policiais para arrecadar doações para um BM que fora ferido em uma manifestação no ano passado e que agora está doente. O texto admite que a Brigada Militar nega relação entre as duas coisas, mas mesmo assim Rosane prefere manter a ligação.

1 de abril

A chamada aparentemente neutra da capa esconde uma matéria nas páginas internas que traz toda a carga de violência que ZH procurou dar aos protestos. Sob o título “Mais um dia de protestos contra o valor da passagem”, a linha de apoio diz: “BM reforça efetivo e prefeitura teme por novas depredações em ato previsto para as 18h de hoje”. A edição desse dia ainda abriu espaço para um artigo de César Busatto, no qual, obviamente, ataca os manifestantes.

2 de abril

Encerrado sem problemas um protesto que levou pelo menos cinco mil pessoas às ruas de Porto Alegre, Zero Hora não contentou-se em narrar a grande mobilização. Da mesma forma continuou fugindo do debate que se impõe, a respeito do transporte público da cidade e da mobilidade urbana, de modo geral. ZH preferiu a não notícia, falou sobre o que não aconteceu, além de destacar o que considerou mais negativo: as pichações. A chamada de capa é “Novo protesto – Com gritos de ordem e pichações contra o preço da passagem, mas sem confrontos, manifestantes voltaram às ruas da Capital”.

Rosane de Oliveira destacou “Flores no protesto”, mas seu texto seguiu condenando as manifestações. Escreveu que as flores levadas pelos manifestantes foram “para provocar os guardas municipais e os brigadianos”, e chamou de “únicos excessos” as “pichações e o arremesso de ovos contra jornalistas”. Não disse que, segundo as informações que circularam, o único atingido foi um fotógrafo de Zero Hora, assim como também não explicou o motivo dessa ação contra ele.

Já a matéria de cobertura do ato destaca também a não notícia: “Dessa vez, menos confusão”, diz o título. A linha de apoio busca o lado considerado negativo por ZH: “Coletivos pichados, palavras de ordem e bloqueios marcaram manifestação contra aumento da passagem de ônibus na

Capital”. Como o título e a linha de apoio, também a matéria silencia sobre a enorme quantidade de pessoas presentes e a forte organização, e sobre momentos marcantes como a passagem em silêncio da caminhada em frente a um hospital.

Os protestos irão continuar, e sua criminalização em Zero Hora também seguirá. É preciso que os lutadores sociais estejam atentos à questão da mídia e aprendam a enfrentá-la. É ali que está o discurso capaz de esvaziar mobilizações e colocar trabalhadores contra trabalhadores, criando divisões fictícias entre manifestantes e população para torná-las reais e garantir a manutenção do estado das coisas. Para que os movimentos sociais avancem é preciso recriar esse discurso a partir de um outro viés, e entender que eles estão do lado de lá da trincheira [*sic*] (HAUBRICH, 2013).

Os discursos do comunicador e do prefeito são apenas pequenas demonstrações de como a mídia, com o apoio das instituições do poder constituído, pode exercer sua influência sobre o controle social, atuando no exercício da seletividade penal, interferindo diretamente no processo de criminalização secundária – e, por vezes, também sobre a criminalização primária, dado o advento de projetos e leis que restringem, por exemplo, o uso de máscaras em manifestações, tal como a Lei 6528/2013⁵ (RIO DE JANEIRO, 2013), do Estado do Rio de Janeiro, que proíbe o uso de máscaras em manifestações políticas – e influenciando, ainda, a convicção e o ideário do conjunto da sociedade, na tentativa de fomentar um clima de contrariedade em relação às manifestações.

No entanto, os atos prosseguiram e cresceram. Ainda em dezembro de 2013 o clima político no país repercute as Jornadas de Junho. A repressão e a criminalização também prosseguem, nos desdobramentos dos inquéritos abertos à época. O certo é que, se as desigualdades, a corrupção e o descaso com a boa prestação de serviços públicos ainda persistem, persiste a disposição de luta do povo, que, a despeito da forma como será tratado pelo sistema penal por resistir e exigir o atendimento ao que lhe é dado por direito, promete ainda mais para 2014, ano de eleições presidenciais e de Copa do Mundo no Brasil.

⁵ Sancionada em 11 de setembro de 2013 pelo governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, a lei proíbe o uso de máscaras ou de qualquer outra forma de ocultar o rosto durante protestos.

4 CONCLUSÃO

As Jornadas de Junho representam não apenas um alerta às classes dominantes, aos políticos, à mídia e à FIFA.

As manifestações que, pouco a pouco, tomaram conta do país, levando milhões de cidadãos brasileiros à rua – inicialmente, para barrar os abusivos aumentos das passagens de ônibus, para depois tornar-se uma grande voz multifacetada, com demandas das mais variadas; uma voz que ao mesmo tempo combatia a corrupção institucionalizada, a opressão do machismo, a violência homofóbica, os oligopólios da mídia, a farrá dos gastos com a Copa, enfim, o descaso dos governos com o povo de uma forma generalizada – representam um signo importante na política brasileira. O signo de um desafio que se projeta não apenas à política no país.

“Nada será como antes”, diz a juventude, em grande parte organizada em nossa Universidade – os mesmos ativistas, lutadores, que foram protagonistas na organização do Bloco de Luta, na Defesa Pública da Alegria, no Serviço de Assessoria Jurídica Universitária, no Centro Acadêmico André da Rocha, no Diretório Central dos Estudantes, enfim, na impulsão e na construção das Jornadas de Junho em Porto Alegre, na ocupação da Câmara Municipal e em tantos outros atos políticos que sucederam e marcaram nossas vidas neste ano. De fato, já há sinais claros de que nada será como antes de 2013 no Brasil. Os políticos, a mídia, a burguesia, todos os que conduzem a vida política do país e que exercem sua hegemonia socioeconômica sobre o conjunto do povo sentiram o baque do recado dado nas ruas, e buscam adequar seus discursos.

Ao longo do presente trabalho, pudemos conhecer esse movimento que tomou conta do Brasil: suas causas e características, sua história e toda a conjuntura, nacional e internacional, que o rodeia. As Jornadas de Junho não nasceram no Brasil; são fruto da crescente insatisfação global com os rumos e as crises do capitalismo mundial, da opressão sentida no dia a dia daqueles que não têm emprego ou moradia digna, dos que trabalham duro e veem o Estado, que ajudam a construir com seu suor, provendo aos bancos em lugar de prover ao povo. Na Tunísia, no Egito, na Síria, na Líbia, na Grécia, na França, na Espanha, em Portugal, no Brasil e em tantos outros países, a indignação popular, a revolta com os rumos do regime deixam suas marcas. O povo reage às injustiças com radicalidade.

Independentemente da localização geográfica, a reação do sistema é atroz na tentativa de manter o estado das coisas. A criminalização daqueles que sonham e ousam vencer em um cenário onde tudo é caos, corrupção, impunidade e descaso é a resposta ignorante tanto do sistema capitalista e de seus prepostos quanto do próprio mundo do direito aos que desejam reparação e verdadeira Justiça social.

Essa resposta ignorante e agressiva, ao que tudo indica, seguirá perseguindo àqueles que ousarem ocupar as ruas novamente e promover a “baderna” tão ferozmente difamada. As prisões arbitrárias, os abusos de direito, as restrições a liberdades fundamentais, a corriqueira violência policial permanecerão sendo implementadas e executadas, sob os aplausos dos que aos que lutam se contrapõem, defendendo seu poder político e econômico, vociferando aos microfones e nas páginas dos jornais contra a “turba de vândalos” que representa um verdadeiro sopro na cortina de fumaça da “paz social” do regime em que vivemos.

O certo é que a luta por direitos continuará enquanto os governos não aceitarem ceder e recuar. As demandas são várias e se multiplicam – com elas, multiplicam-se também as vozes e cresce, de forma exponencial, o potencial da nova onda de protestos que desponta no horizonte próximo para o Brasil.

Cientes da disputa que estará envolvida, cabe aos operadores jurídicos a reflexão sobre o que a onda de insurreições populares que tomou o Brasil em 2013 representa em termos de perspectivas e, mesmo, de demandas ao mundo do direito.

Quando milhões de pessoas tomam as ruas de um país para reclamar por direitos, podemos dizer que estamos em uma verdadeira democracia? Quando é necessário ao povo extrapolar os limites do regime para efetivar garantias legais, quem realmente está no comando?

Mais que isso: quando milhões ocupam os espaços públicos, entoam palavras de ordem, pintam os rostos e colocam seu clamor em cartazes, qual deve ser a resposta do Direito? Qual o conceito de Justiça a ser aplicada nesse caso?

Em um cenário onde a resposta do Direito a quem se levanta tem sido – antes, durante e depois das Jornadas de Junho – a criminalização, a difamação, a repressão violenta, o verdadeiro “direito da força”, é razoável que a resposta – e os problemas – persistam os mesmos?

O deferimento da antecipação de tutela que suspendeu o reajuste das passagens de ônibus em Porto Alegre representa um verdadeiro oásis num deserto

onde só há repressão, criminalização, etiquetamento, punitivismo. Representa o diálogo entre o Direito e a sociedade, influenciado, com toda certeza, pelo clamor popular – que, aliás, serve de contramola a toda influência exercida diuturnamente pelas classes dominantes, conforme visto ao longo deste trabalho. Quando o povo vai às ruas, ele se coloca em condição de derrotar a ordem vigente e obter avanços para si, e Porto Alegre configura um claro exemplo disso. A referida decisão judicial não representa uma expressão estéril da aplicação do direito, mas um verdadeiro diálogo entre o sistema jurídico e a sociedade – justamente a sociedade, a quem deve responder o sistema jurídico.

Chegamos – seja, meramente, enquanto seres humanos, seja enquanto operadores do direito – a um ponto em que já não bastam as velhas fórmulas, as velhas respostas. A população está saindo de suas casas, do trabalho, das escolas, saindo à persecução dos direitos que lhe são sonegados. Em 2014 e, quem sabe, em anos futuros, isso tornará a se repetir. Mais palavras de ordem, mais protestos, e com eles mais opressão e violência virão. É o momento de escolher e dizer à sociedade qual o bem jurídico mais importante. Resta, ao mundo do direito, optar entre a empoeirada e enfadonha fórmula da criminalização, da violência contra o povo que o instituiu e que dele espera guarida, da garantia à manutenção do estado das coisas a serviço das classes dominantes, ou a busca pela verdadeira Justiça por que as pessoas, já cansadas das velhas fórmulas, lutam nas ruas.

Todo o poder emana do povo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Judson Pereira de. **Os meios de comunicação de massa e o direito penal**: a influência da divulgação de notícias no ordenamento jurídico penal e no devido processo legal. 2007. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Curso de Direito, Faculdade Independente do Nordeste. Vitória da Conquista, 2007.

APÓS GREVE, verão será de aula nas universidades federais. **Terra**. 27 dezembro 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/apos-greve-verao-sera-de-aula-nas-universidades-federais,d80424ac158db310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 4 outubro 2013.

APÓS PROTESTOS, liminar do TJ suspende aumento do ônibus em Porto Alegre. **Terra**, Porto Alegre, 4 abril 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/transito/apos-protestos-liminar-do-tj-suspende-aumento-do-onibus-em-porto-alegre,73e90a574e6dd310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 4 outubro 2013.

AS MANIFESTAÇÕES da sociedade civil e a repressão policial. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**. n. 249. São Paulo, agosto 2013. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/290-249---agosto-2013> Acesso em: 30 outubro 2013

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.

BORGES, Thassio. Aposentado se suicida na frente do Parlamento grego por causa da crise. **Opera Mundi**. 4 abril 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/20954/>> Acesso em: 24 novembro 2013.

BUZANELLO, José Carlos. Direito de Resistência. **Sequência**. São Carlos, v. 22, n. 42, p. 9-28, jul. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15390/13973>> Acesso em: 29 setembro 2013.

CAMARÃO, Teresa. Movimento Que se lixe a Troika sai hoje às ruas sob o lema “não há becos sem saída!”. **Público on-line**. Portugal, 26 outubro 2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/portugal/jornal/movimento-que-se-lixo-a-troika-sai-hoje-as-ruas-sob-o-lema-nao-ha-becos-sem-saida-27301033>>. Acesso em: 28 outubro 2013.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHACRA, Gustavo; RAATZ, Luiz. ONU autoriza intervenção na Líbia. **Estadão Internacional**. 17 março 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,onu-autoriza-intervencao-na-libia,693415,0.htm>>. Acesso em 30 novembro 2013.

CIRINO, Juarez. **Populismo penal**. Revista Novos Rumos, edição nº 176, 2012. Entrevista concedida a Rômulo Cardoso.

CONTRÁRIOS ao aumento da passagem, manifestantes bloqueiam avenida da Capital. **Zerohora.com**. Porto Alegre. 25 março 2013. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/transito/noticia/2013/03/contrarios-ao-aumento-da-passagem-manifestantes-bloqueiam-avenida-na-capital-4085538.html>>. Acesso em: 16 outubro 2013.

ESTUDO acirra críticas ao aumento das passagens de ônibus em Porto Alegre. **Zerohora.com**. Porto Alegre. 1º março 2013. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/transito/noticia/2013/03/estudo-acirra-criticas-ao-aumento-das-passagens-de-onibus-em-porto-alegre-4060432.html>>. Acesso em: 26 setembro 2013

FRANCESCHINI, Gustavo; MONTES, Luiz Paulo; PASSOS, Paulo; PERRONE, Ricardo. Torcida vaia e constrange Dilma na abertura da Copa das Confederações. **Bol na Copa**. Brasília, 15 junho 2013. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2013/06/15/dilma-e-muito-vaiada-na-abertura-e-blatter-da-bronca-na-torcida.htm>>. Acesso em: 5 outubro 2013.

FUNCIÓNÁRIOS públicos fazem greve na Grécia antes de visita da “troika”. **Reuters Brasil**. Atenas, Grécia. 18 setembro 2013. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE98H00H20130918>>. Acesso em: 28 outubro 2013.

GARDNER, Frank. O homem que ‘acendeu’ a fagulha da Primavera Árabe. **BBC News**. 17 dezembro 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavra_arabe_bg.shtml>. Acesso em: 10 outubro 2013

GIMENEZ, Charlise Paula Colet; COITINHO, Viviane Teixeira Dotto. O papel da mídia na (in)segurança do sistema penal: a criminalização dos sujeitos a partir do etiquetamento social. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: Mídia e Direitos da Sociedade em Rede, 1º, 2012, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/8.pdf>>. Acesso em 18 novembro 2013.

HAUBRICH, Alexandre. A cronologia de uma violência midiática: a cobertura dos protestos de Porto Alegre em Zero Hora. **Jornalismo B**. Porto Alegre. 2 abril 2013. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2013/04/02/a-cronologia-de-uma-violencia-midiatica-a-cobertura-dos-protestos-de-porto-alegre-em-zero-hora/>>. Acesso em 2 novembro 2013.

ISLAMITA é o primeiro presidente eleito após queda de Mubarak no Egito. **Último Segundo.** 24 junho 2012. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/2012-06-24/candidato-da-irmandade-muculmana-e-declarado-vencedor-no-egito.html>> Acesso em: 30 novembro 2013.

JOSÉ Fortunati diz que protesto contra o aumento da passagem foi “baderna”. **Sul 21.** Porto Alegre. 28 março 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/jose-fortunati-diz-que-protesto-contra-o-aumento-da-passagem-foi-baderna/>>. Acesso em: 23 outubro 2013.

KADAFI está morto, anuncia premiê de governo interino da Líbia. **Último Segundo.** 20 outubro 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/kadafi-esta-morto-anuncia-premie-de-governo-interino-da-libia/n1597301421706.html>>. Acesso em: 30 novembro 2013.

Lasier Martins fala sobre protesto realizado ontem em frente à Prefeitura de Porto Alegre. **Jornal do Almoço.** Porto Alegre. RBS TV. 28 março 2013. Programa de TV. 4 minutos, 28 segundos. Disponível em: <http://globo.com/rbs-rs/jornal-do-almoco/v/lasier-martins-fala-sobre-protesto-realizado-ontem-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre/2485857/>> Acesso em: 4 agosto 2013

NETTO, Andrei. Dois anos após Primavera Árabe, golpe militar derruba Morsi no Egito. **Estadão Internacional.** 3 julho 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,dois-anos-apos-primavera-arabe-golpe-militar-derruba-morsi-no-egito,1049805,0.htm>>.. Acesso em: 28 novembro 2013.

OLIVEIRA, Samir. Milhares de pessoas lotam as ruas do centro de Porto Alegre contra aumento da passagem. **Sul 21.** Porto Alegre. 2 abril 2013a. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/milhares-de-pessoas-lotam-as-ruas-do-centro-de-porto-alegre-contr-aumento-da-passagem/>>. Acesso em: 18 outubro 2013.

_____. Protesto contra aumento da passagem mobiliza centenas em Porto Alegre. **Sul 21.** Porto Alegre. 21 janeiro 2013b. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/protesto-contra-aumento-da-passagem-mobiliza-centenas-de-pessoas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 14 outubro 2013.

PORTO ALEGRE. 4ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central. Ação Cautelar 001/1.13.0079387-3. Autores: Pedro Luiz Fagundes Ruas e Fernanda Melchionna e Silva. Réus: EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação, Conselho Municipal de Transporte Urbano – COMTU e Município de Porto Alegre. Prolator: Juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara. Porto Alegre, 4 abril 2013.

PROTESTO contra aumento na passagem de ônibus bloqueia trânsito no centro de Porto Alegre. **Zerohora.com.** Porto Alegre. 18 fevereiro 2013. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/02/protesto-contra-aumento-na>

[passagem-de-onibus-bloqueia-transito-no-centro-de-porto-alegre-4048437.html](#)>. Acesso em: 16 outubro 2013.

PROTESTO POR aumento da passagem de Porto Alegre termina em tumulto. **G1 RS**. Porto Alegre. 27 março 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/grupo-faz-novo-ato-contra-aumento-da-passagem-em-porto-alegre.html>>> Acesso em: 16 outubro 2013.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. P. 367-382.

REVOLTA social na Tunísia causa greves e confrontos nas ruas. **AFP**. Siliana, Tunísia, 27 novembro 2013. Disponível em: <<http://www.afp.com/fr/noticia/topstories/1176407/>>. Acesso em 30 novembro 2013

RIO DE JANEIRO. Lei n. 6528, de 11 de setembro de 2013. **Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/95394833846e60a583257be5005ec84a?OpenDocument>>. Acesso em: 12 outubro 2013.

ROMANHOL, Fernanda Bella. **A influência da mídia no processo penal brasileiro**. 2010. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Curso de Graduação em Direito, Faculdades Sudamérica. Cataguases, 2010.

SARAIVA, Adriana. A ocupação de Wall Street e o cenário de insurgência contemporâneo. **Portal de notícias UNB**. 7 novembro 2011. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=468>>. Acesso em: 20 novembro 2013.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, André Luiz Augusto da; SILVA Denildes Amaro da. A questão penal e o direito de resistência: Controle e Ressocialização. In: XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. 2009. Guayaquil, Equador. **Anais eletrônicos...** Universidade Católica Santiago de Guayaquil. Equador, 2009. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-152.pdf>>. Acesso em: 2 dezembro 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 1: Parte Geral.